



Prefeitura Municipal de  
**Angra dos Reis**

# BOLETIM OFICIAL

DO MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS

ANO XXI • Nº 2248 • DISTRIBUIÇÃO ELETRÔNICA • 18 DE NOVEMBRO DE 2025

## Programa Melhor em Casa transforma vidas com atendimento de saúde domiciliar em Angra

Equipe multidisciplinar com pediatra, enfermeira, fonoaudióloga e fisioterapeuta já atendeu mais de 900 pacientes

Com foco em humanização e acolhimento, a Prefeitura de Angra dos Reis mantém, desde 2013, o programa Melhor em Casa. A iniciativa leva atendimento de saúde domiciliar a pacientes com necessidades especiais, idosos e pessoas com mobilidade comprometida, proporcionando conforto e segurança às famílias. Nesse período, mais de 900 moradores foram atendidos e, atualmente, cerca de 40 pacientes são acompanhados pela equipe, com visitas regulares – mais de uma por semana, em alguns casos.

O Melhor em Casa oferece um cuidado contínuo, centrado no bem-estar do paciente e da família, evitando, sempre que possível, internações prolongadas e desnecessárias. Com uma equipe composta por 16 profissionais, o serviço conta com pediatra, enfermeira, fonoaudióloga, fisioterapeuta, entre outros profissionais. A unidade de Angra é considerada referência no Estado por incluir um pediatra na equipe, diferencial essencial para os atendimentos infantis.

Um dos casos que mostra a importância do programa é o do pequeno Heitor, de 2 anos, que nasceu com encefalopatia hepática isquêmica e precisa de ventilação mecânica desde os primeiros momentos de vida. Ele permaneceu internado no CTI até os 7 meses de idade até que, em 2023, graças à parceria entre a Prefeitura de Angra dos Reis e o Hospital HINJA de Volta Redonda, deixou o ambiente hospitalar e foi acolhido em casa com todo o suporte necessário.

Durante o processo de transferência, foi realizada a capacitação da mãe de Heitor, treinada para prestar os cuida-

dos diários ao filho com apoio técnico contínuo da equipe do Melhor em Casa, já que Heitor continua recebendo acompanhamento multidisciplinar em sua residência.

Além dos atendimentos clínicos, o programa investe em estratégias de acolhimento e aproximação com os pacientes, principalmente os pediátricos. Músicas, brincadeiras e estímulos lúdicos durante as visitas domiciliares tornam o atendimento mais leve e humanizado, promovendo um ambiente mais amigável tanto para os pacientes quanto para os familiares.

Outro ponto fundamental é o preparo técnico oferecido aos cuidadores. A equipe realiza um trabalho de orientação completa para lidar com a rotina do paciente, equipamentos e procedimentos específicos. Essa atuação integrada transforma o lar em um espaço seguro de cuidado, e dá mais autonomia e segurança para toda a família.

Para acessar o serviço, os familiares do paciente devem procurar as equipes das estratégias da saúde com o histórico de saúde e solicitar o atendimento. Após a efetivação do pedido, a equipe do Melhor em Casa avalia a necessidade do atendimento domiciliar semanal, e verifica se o nível de complexidade do caso corresponde aos critérios de classificação do programa, determinados pelo Ministério da Saúde.

Em caso de dúvidas ou mais orientações, os familiares também podem procurar diretamente a equipe do Melhor em Casa, que atende na Sala 01, localizada na área externa da Secretaria de Saúde, na Rua Almirante Machado Portella, 85 – Balneário, em frente ao ponto de ônibus.

CLÁUDIO DE LIMA SÍRIO  
Prefeito

RUBENS ROCHA DE ANDRADE  
Vice-Prefeito

JORGE EDUARDO DE BRITTO RABHA  
Secretário de Agricultura, Aquicultura e Pesca

VITOR HENRIQUE PADILHA SIMÕES DE SOUZA  
Secretário de Articulação Governamental

ÉRICK HALPERN  
Assessor-Estratégico de Assuntos Jurídicos

JOSÉ CARLOS DE ABREU  
Controlador-Geral

MARLENE PONCIANO  
Secretário de Cultura e Patrimônio

JOSÉ ESSIOMAR GOMES DA SILVA  
Secretário de Desenvolvimento Econômico

CARLOS FELIPE LARROSA ARIAS  
Secretário de Desenvolvimento Regional

THAÍSA CARNEIRO BEDÊ  
Secretária de Desenvolvimento Social e Promoção da Cidadania

PAULO FORTUNATO DE ABREU  
Secretário de Educação, Juventude e Inovação

RUBENS ROCHA DE ANDRADE  
Secretário de Esporte e Lazer

ALAN BERNARDO COELHO DE SOUZA  
Secretário-Extraordinário de Infraestrutura

FLÁVIO HENRIQUE DE SÁ  
Secretário de Finanças

KARINE FERNANDES LEONE  
Secretária de Gestão de Suprimentos

ROBERTO PEIXOTO MEDEIROS DA SILVA  
Secretário de Modernização e Gestão de Pessoal

TIAGO MURILO SCATULINO  
Secretário de Obras e Habitação

RODRIGO GOUVEA GOMES DE CARVALHO  
Secretário de Parcerias e Inovação

ANDRÉ LUIS GOMES AMAZONAS PIMENTA  
Secretário de Planejamento e Gestão

JULIANA MAGALHÃES NASCIMENTO  
Procuradora-Geral

FÁBIO JÚNIOR DA SILVA PIRES  
Secretário de Proteção e Defesa Civil

AURÉLIO GONÇALVES MARQUES  
Secretário de Relações Institucionais

RODRIGO CARDOSO RAMOS  
Secretário de Saúde

DOUGLAS FERREIRA BARBOSA  
Secretário de Segurança Pública

ELISABETH MAGALHÃES DE BRITO  
Secretária de Urbanização, Parques e Jardins

MAURÍCIO LAMEGO PINHO  
Diretor-Presidente do IMAAR  
(Instituto Municipal do Ambiente de Angra dos Reis)

JOÃO WILLY SEIXAS PEIXOTO  
Presidente da TurisAngra  
(Fundação de Turismo de Angra dos Reis)

CARLOS RENATO PEREIRA GONÇALVES  
Diretor-Presidente do AngraPrev  
(Instituto de Previdência Social de Angra dos Reis)

MARC HELDER ANTOINE DE TOUCHET OLICHON  
Presidente do SAAE  
(Serviço Autônomo de Captação de Água e  
Tratamento de Esgoto de Angra dos Reis)

## PARTE I

### Prefeitura Municipal de Angra dos Reis

#### PUBLICAÇÃO OFICIAL

#### EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

#### ARTIGO 61, PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI N° 8.666/93

PARTES: MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS e DOCE ANGRA  
TURISMO LTDA - ME.

TERMO ADITIVO 004 AO CONTRATO N° 282/2023.

**OBJETO:** O presente Contrato tem por objeto a prorrogação de prazo do Contrato n° 282/2023 de prestação de serviços de locação de transporte marítimo, tipo lancha rápida, para atendimento de atividades do corpo administrativo, de fiscalização de contratos, de coordenações pedagógicas, atendimento da Assistência de Apoio a Família e equipes de acompanhamento de serviços e projetos da Secretaria de Educação, Juventude e Inovação.

Item	Quant. mensal	Quant. anual	Descrição	Unid	Valor unitário	Valor Total
02	14	204	Lancha Rápida de no mínimo 28 pés, cabinada, motor de no mínimo 300 HP. Locação por diária, inclusive sábados, domingos e feriado, todo ano vigente. A lancha deverá ter capacidade para no mínimo 13 passageiros, mais 1 tripulante. Deve ser habilitada para Mar aberto e Transporte de Passageiro e Carga. Diárias de segunda a segunda, incluindo feriados. Podendo eventualmente envolver período noturno. A empresa deverá ser capaz de atender até 3 lanchas no mesmo dia. A empresa deverá fornecer combustível e marinheiro habilitado	Diária até 10h	R\$1.800,00	R\$ 367.200,00
TOTAL					R\$ 367.200,00	

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Artigo 57, inciso II, da Lei n° 8.666/93.

**PRAZO:** A prorrogação do prazo será de 12 (doze) meses, tendo início em 17/11/2025 e término em 16/11/2026.

**VALOR:** O valor global do presente termo é de R\$ 367.200,00 (trezentos e sessenta e sete mil e duzentos reais), sendo o valor da diária de R\$ 1.800,00

(um mil e oitocentos reais).

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** As despesas referentes ao presente termo correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária, correspondente ao exercício vigente:

Ficha nº 20251853 Dotação Orçamentária: 38.3801.12.361.0204.2002.339033, Vínculo: 15001001 , Empenho nº 1050, de 13/11/2025, no valor de R\$ 61.200,00 (sessenta e um mil e duzentos reais).

**AUTORIZAÇÃO:** Conforme solicitado através do Formulário de Solicitação de Empenho Nº 585/FME/2025, devidamente autorizado pelo Secretário de Educação, Juventude e Inovação.

**DATA DA ASSINATURA:** 14/11/2025.

MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS,  
17 DE NOVEMBRO DE 2025.

**PAULO FORTUNATO DE ABREU**  
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E INOVAÇÃO  
PRESIDENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME

**PORTARIA Nº 040 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025**

**NOMEAÇÃO DE FISCAIS DE APOIO E AUXILIARES DE CAMPO**

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE SERVIÇOS PÚBLICOS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela portaria nº 1834, publicada em 01 de novembro de 2023, na Edição 1777 no Boletim Oficial do Município de Angra dos Reis e de acordo com o previsto na Lei nº 4.036 de 17 de dezembro de 2021, resolve:

Designar para Fiscalização de Apoio e Auxiliar de Campo, do Contrato nº 030/2021, decorrente do processo 2019004249, celebrado entre o Município de Angra dos Reis e AMA – Angra Meio Ambiente S/A, que tem por objeto licitação na modalidade concorrência do tipo melhor técnica e menor valor da contratação a ser paga pelo Município, para contratação de parceria Público-Privada na modalidade de Concessão Administrativa para a Prestação de Serviços Públicos de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos, com fundamento no artigo 175 da Constituição Federal, na Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, na Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007,

na Lei Federal nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, na Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei Municipal nº 3.620, de 01 de janeiro de 2017, e nas demais normas aplicáveis, normas estas que os licitantes e interessados declaram conhecer a contar com efeito a partir de 05/09/2025:

Fiscal Auxiliares de Campo:

FISCAIS AUXILIARES DE CAMPO		
Diogo Rita da Silva	3338	Coordenador Técnico Bracuhy
Leonardo da Silva Benedito	33331	Coordenador Técnico Camorim
Maksoel Eustáquio da Costa Silva	33287	Coordenador Técnico Japuíba

MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS,  
18 DE NOVEMBRO DE 2025.

**JOSÉ RICARDO FERREIRA**  
SECRETÁRIO EXECUTIVO DE SERVIÇO PÚBLICO

**ATA DA 688ª REUNIÃO ORDINÁRIA – 04/11/2025**  
**C. A. D. A – COMISSÃO DE ANÁLISE DE DEFESA**  
**DE AUTUAÇÃO DE TRÂNSITO**

Processos Indeferido

Nº de Processo	Nome do Recorrente
SEI-2025-01011481	FABIANO REIS DE OLIVEIRA CAMPOS

**FABRÍCIO CARRO GALLUCCI**  
SECRETÁRIO-EXECUTIVO DE ORDEM PÚBLICA  
E MOBILIDADE URBANA

**ATA DA 689ª REUNIÃO ORDINÁRIA – 06/11/2025**  
**C. A. D. A – COMISSÃO DE ANÁLISE DE DEFESA**  
**DE AUTUAÇÃO DE TRÂNSITO**

Processos Deferido

Nº de Processo	Nome do Recorrente
SEI-2025-01011704	EDIEL FERREIRA DA CONCEICAO

**FABRÍCIO CARRO GALLUCCI**  
SECRETÁRIO-EXECUTIVO DE ORDEM PÚBLICA  
E MOBILIDADE URBANA

**ATA DA 690ª REUNIÃO ORDINÁRIA – 11/11/2025**  
**C. A. D. A – COMISSÃO DE ANÁLISE DE DEFESA**  
**DE AUTUAÇÃO DE TRÂNSITO**

Opinam por Unanimidade, pela DECADÊNCIA do direito de aplicar a penalidade

Nº de Processo	Nome do Recorrente
SEI-2025-16001655	MURILO REDER NOGUEIRA

**FABRÍCIO CARRO GALLUCCI**  
SECRETÁRIO-EXECUTIVO DE ORDEM PÚBLICA  
E MOBILIDADE URBANA

**ATA DA 691ª REUNIÃO ORDINÁRIA – 13/11/2025**  
**C. A. D. A – COMISSÃO DE ANÁLISE DE DEFESA**  
**DE AUTUAÇÃO DE TRÂNSITO**

Processos Deferido

Nº de Processo	Nome do Recorrente
SEI-2025-16001342	KELLY CRISTINA F LIMA DA SILVA

**FABRÍCIO CARRO GALLUCCI**  
SECRETÁRIO-EXECUTIVO DE ORDEM PÚBLICA  
E MOBILIDADE URBANA

**PORTARIA Nº 18/2025/SSP.SEOPM**

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Portaria nº 1711/2024, publicada em 10 de outubro de 2024, na Edição 1983, página 04, no Boletim Oficial do Município de Angra dos Reis.

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Fica designado o servidor FABRÍCIO CARRARO GALLUCI, para exercer a gestão do Processo nº SEI-2025-16001676, cujo objeto é: Contratação de empresa especializada na execução de Simpósio de Segurança Pública, incluindo serviços de planejamento, coordenação, apoio logístico, comunicação visual, suporte técnico operacional, seleção de palestrantes renomados especializados em Segurança Pública, envio de convites para as autoridades, preparação e treinamento para servidores da Secretaria de Segurança Pública para o Simpósio.

**Art. 2º.** Fica designado o servidor WAGNER DIAS DO NASCIMENTO, Matrícula 31.507, para acompanhar e fiscalizar, como titular, a execução do Processo supracitado.

**Art. 3º.** Fica designado a servidora ANNA MÁRCIA VIDAL DE BRITO CIZA, Matrícula 33.216, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, o Processo supramencionado nos impedimentos legais e eventuais do titular.

**Art. 4º.** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a contar de 15 de outubro de 2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

ANGRA DOS REIS, 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

**DOUGLAS FERREIRA BARBOSA**  
SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA

**PORTARIA Nº 011/2025**

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, usando das atribuições legais conferidas pela Portaria nº 008/2025, publicada em 01 de janeiro de 2025, na Edição nº 2034 no Boletim Oficial do Município de Angra dos Reis e considerando o que determina o artigo 23, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, de 01 de abril de 2021.

**RESOLVE:**

Designar a servidora Yasmin Muniz Suisso Santos, matrícula nº 30272 e CPF nº 113.138.05\*-\*\*, para acompanhar e fiscalizar, como titular a execução do seguinte processo:

Processo nº SEI-2025-04000025 — Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de coffee break a serem executados nas ações da Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

Designar a servidora Giuliane Sousa de Meira, matrícula nº 28072 e CPF nº 161.368.40\*-\*\*, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, o descrito acima nos impedimentos legais e eventuais do titular.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

ANGRA DOS REIS, 17 DE NOVEMBRO DE 2025.

**JOSÉ ESSIOMAR GOMES DA SILVA**  
SECRETÁRIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2025/FTAR**  
**PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2025/FTAR**

Aos 14 (quatorze) dias do mês de novembro do ano de 2025 (dois mil e vinte e cinco), o MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS, por meio da Fundação de Turismo de Angra dos Reis, nos termos das normas de caráter geral da Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto nº 13.361/2023, pela Lei Complementar Federal nº 123/2006 – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei Federal nº 8.078/1990 e suas alterações, em face do resultado do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 010/2025/FTAR, realizado por meio do processo administrativo nº SEI-2025-21000307, homologado e publicado no Boletim Oficial do Município de Angra dos Reis, RESOLVE registrar os preços da empresa classificada SOLARE EVENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 06.124.657/0001-47, situada à rua Raul de Sá, nº 232, bairro Condado – Paraty – Rio de Janeiro, CEP: 23.970-000, telefones: (24) 3371-2699, (24) 99317-3907, e-mail: solareeventos@hotmail.com, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e àqueles enunciadas nas cláusulas que se seguem.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

A presente Ata de Registro de Preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para contratação de empresa especializada para prestação de serviço de locação de palcos de alumínio, com montagem, manutenção e desmontagem, para atender aos eventos realizados pela Fundação de Turismo de Angra dos Reis, especificados no Edital de Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 010/2025/FTAR e/ou no Termo de Referência que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados (tabela abaixo) independentemente de transcrição.

ITEM	CATMAT CATSER	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	24376	<b>PALCO GEOSPACE EM ALUMÍNIO (18x16) METROS - POR PERÍODO DE 03 DIAS</b> Para uso em todo o Continente (1º, 2º e 4º Distritos): Palco com cobertura e em estrutura treliçada de alumínio P380 e C30, de formato geodésico, em bom estado de conservação, medindo 18m de frente por 16m de profundidade, mantendo-se a metragem mínima de 288m². Piso medindo 22m X 18m, em praticáveis com perfil de ferro galvanizado e compensado naval de 30 mm, estruturado em treliças de viga U de 4", com altura variável de 1,80m à 2,40m em relação ao solo, com forração em carpete agulhado medindo 3mm, nova na cor grafite ou preto, pé direito do solo ao teto de 12m e do piso ao teto de 9,5m, coberto com fechamento nas laterais e fundo com material em lona e proteção total contra chuva, fechamento inferior frontal e nas laterais, escada de acesso metálico com corrimão em ambos os lados, guarda-corpo nos lados e fundos, conforme as normas da ABNT, aterramento de FLY em treliça de alumínio P30 agregadas ao palco, com altura de 11m, 02 (dois) módulos metálicos para caixa de subgraves, contíguos ao palco medindo aproximadamente 4m x 2m, com uma área de serviço de 4m x 4m coberta, 01(um) housemix 4m x 4m, com 02(dois) andares, e uma rampa de 10 m de comprimento por 2m de largura. Com saia em tecido tipo elastano medindo 180m à 240m em relação ao tamanho do solo, e em torno de todo o piso do palco (04 fases do piso). Equipe técnica: 01 Engenheiro Civil e 10 montadores. Equipamentos de segurança – EPI'S.	Unidade	08	R\$ 30.500,00	R\$ 244.000,00
02	24376	<b>PALCO GEOSPACE EM ALUMÍNIO (18x16) METROS - POR PERÍODO DE 01 DIA</b> Para uso em todo o Continente (1º, 2º e 4º Distritos): Palco com cobertura e em estrutura treliçada de alumínio P380 e C30, de formato geodésico, em bom estado de conservação, medindo 18m de frente por 16m de profundidade, mantendo-se a metragem mínima de 288m². Piso medindo 22m X 18m, em praticáveis com perfil de ferro galvanizado e compensado naval de 30 mm, estruturado em treliças de viga U de 4", com altura variável de 1,80m à 2,40m em relação ao solo, com forração em carpete agulhado medindo 3 mm, nova na cor grafite ou preto, pé direito do solo ao teto de 12m e do piso ao teto de 9,5m, coberto com fechamento nas laterais e fundo com material em lona e proteção total contra chuva, fechamento inferior frontal e nas laterais, escada de acesso metálico com corrimão em ambos os lados, guarda-corpo nos lados e fundos, conforme as normas da ABNT, aterramento de FLY em treliça de alumínio P30 agregadas ao palco, com altura de 11m, 02 (dois) módulos metálicos para caixa de subgraves, contíguos ao palco medindo aproximadamente 4m x 2m, com uma área de serviço de 4m x 4m coberta, 01(um) housemix 4m x 4m, com 02 (dois) andares, e uma rampa de 10m de comprimento por m de largura. Com saia em tecido tipo elastano medindo 180m à 240m em relação ao tamanho do solo, e em torno de todo o piso do palco (04 fases do piso). Equipe técnica: 01 Engenheiro Civil e 10 montadores. Equipamentos de segurança – EPI'S.	Unidade	05	R\$ 26.700,00	R\$ 133.500,00



16	24376	<p>PALCO EM ALUMÍNIO (04x04) METROS - POR PERÍODO DE 03 DIAS</p> <p>Para uso em todo continente (1°, 2° e 4° Distritos):</p> <p>Palco em estrutura treliçada de alumínio P30, de formato retangular, em bom estado de conservação, medindo 08m de frente por 08m de profundidade, mantendo-se a metragem mínima de 16m². Piso medindo 4m X 4m em praticáveis com perfil de alumínio, assoalho de compensado naval de 30mm, com pés telescópicos de altura variável de 0,90cm à 1,60m em relação ao solo, com forração em carpete agulhado medindo 3mm, na nova na cor grafite ou preta, pé direito do solo ao teto de 4 metros e do piso ao teto de mínimo de 3m, com fechamento nas laterais e fundo com material em lona e proteção total contra chuva, fechamento inferior frontal e nas laterais (com saia em tecido tipo elastano medindo 0,90cm à 1,60m em relação ao tamanho do solo, e em torno de todo o piso do palco (04 fases do piso), escada de acesso em alumínio com corrimão em ambos os lados, guarda-corpo nas laterais em alumínio, aterramento conforme normas da ABNT. Um praticável (asas de P.A.) em módulos metálicos, contíguos ao palco, medindo aproximadamente 3m x 1m e altura de piso compatível com o palco.</p> <p>Equipe técnica: 01 Engenheiro Civil ou Arquiteto e 05 montadores.</p> <p>Equipamentos de segurança – EPI'S</p>	Unidade	12	R\$ 4.900,00	R\$ 58.800,00
17	24376	<p>PALCO EM ALUMÍNIO (04x04) METROS - POR PERÍODO DE 01 DIA</p> <p>Para uso em todo continente (1°, 2° e 4° Distritos):</p> <p>Palco em estrutura treliçada de alumínio P30, de formato retangular, em bom estado de conservação, medindo 08m de frente por 08m de profundidade, mantendo-se a metragem mínima de 16m². Piso medindo 4m X 4m em praticáveis com perfil de alumínio, assoalho de compensado naval de 30mm, com pés telescópicos de altura variável de 0,90cm à 1,60m em relação ao solo, com forração em carpete agulhado medindo 3mm, na nova na cor grafite ou preta, pé direito do solo ao teto de 4m e do piso ao teto de mínimo de 3 m, com fechamento nas laterais e fundo com material em lona e proteção total contra chuva, fechamento inferior frontal e nas laterais (com saia em tecido tipo elastano medindo 0,90cm à 1,60 m em relação ao tamanho do solo, e em torno de todo o piso do palco (04 fases do piso), escada de acesso em alumínio com corrimão em ambos os lados, guarda-corpo nas laterais em alumínio, aterramento conforme normas da ABNT. Um praticável (asas de P.A.) em módulos metálicos, contíguos ao palco, medindo aproximadamente 3m x 1m e altura de piso compatível com o palco.</p> <p>Equipe técnica: 01 Engenheiro Civil ou Arquiteto e 05 montadores.</p> <p>Equipamentos de segurança – EPI'S</p>	Unidade	12	R\$ 4.277,00	R\$ 51.324,00
19	24376	<p>PALCO EM ALUMÍNIO (04x04) METROS - POR PERÍODO DE 01 DIA</p> <p>Para uso na Ilha Grande (3° Distritos):</p> <p>Palco em estrutura treliçada de alumínio P30, de formato retangular, em bom estado de conservação, medindo 08m de frente por 08m de profundidade, mantendo-se a metragem mínima de 16m². Piso medindo 4m X 4m em praticáveis com perfil de alumínio, assoalho de compensado naval de 30mm, com pés telescópicos de altura variável de 0,90cm à 1,60m em relação ao solo, com forração em carpete agulhado medindo 3mm, na nova na cor grafite ou preta, pé direito do solo ao teto de 4 metros e do piso ao teto de mínimo de 3m, com fechamento nas laterais e fundo com material em lona e proteção total contra chuva, fechamento inferior frontal e nas laterais (com saia em tecido tipo elastano medindo 0,90 cm à 1,60m em relação ao tamanho do solo, e em torno de todo o piso do palco (04 fases do piso), escada de acesso em alumínio com corrimão em ambos os lados, guarda-corpo nas laterais em alumínio, aterramento conforme normas da ABNT. Um praticável (asas de P.A.) em módulos metálicos, contíguos ao palco, medindo aproximadamente 3m x 1m e altura de piso compatível com o palco.</p> <p>Equipe técnica: 01 Engenheiro Civil ou Arquiteto e 05 montadores.</p> <p>Equipamentos de segurança – EPI'S</p>	Unidade	04	R\$ 5.590,00	R\$ 22.360,00

Parágrafo Único – A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, a partir da data da sua publicação no Boletim Oficial do Município de Angra dos Reis, acompanhada da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas.

Parágrafo Primeiro – No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

Parágrafo Segundo – O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado, observado o prazo máximo de vigência de 1 (um) ano, prorrogável por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

Parágrafo Terceiro – A prorrogação do prazo da Ata de Registro de Preços deverá considerar, além do preço, o desempenho das empresas na

execução das obrigações anteriormente assumidas.

Parágrafo Quarto – A prorrogação da vigência da ata de registro de preços deve ser precedida de ampla pesquisa de mercado, a fim de verificar a adequação dos preços registrados aos parâmetros de mercado no momento da prorrogação, aferida por meio dos parâmetros previstos no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021.

### CLÁUSULA TERCEIRA – ORDEM DE SERVIÇO

A execução dos serviços cujos preços ora são registrados será requisitada por intermédio da apresentação da Ordem de Serviço correspondente.

Parágrafo Único – Cada Ordem de Serviço conterá, sucintamente:

o número da Ata;

a descrição do serviço;

o local, hora e prazo do serviço;

o valor da requisição.

### CLÁUSULA QUARTA – CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

A prestação de serviços obedecerá à conveniência e às necessidades da Administração.

Parágrafo Primeiro – Dentro do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, a empresa beneficiária que tiver seu preço registrado ficará obrigada à prestação dos serviços, observadas as condições do Termo de Referência (Anexo I) e desta Ata de Registro de Preços.

Parágrafo Segundo – O Órgão Gerenciador promoverá periodicamente pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição para a requisição dos serviços e/ou publicação dos preços registrados no Boletim Oficial do Município de Angra dos Reis.

Parágrafo Terceiro – A prestação dos serviços será precedida de preenchimento, pelo Órgão Participante, do respectivo formulário “ORDEM DE SERVIÇO”, que será entregue às empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados, após aquiescência do Órgão Gerenciador, com a antecedência mínima descrita no Termo de Referência (Anexo I), para prestação no local indicado.

Parágrafo Quarto – A contratação somente estará caracterizada após o recebimento da “ORDEM DE SERVIÇO”, devidamente acompanhada da competente Nota de Empenho.

Parágrafo Quinto – A empresa beneficiária que tiver seu preço registrado se obriga a manter, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas neste Pregão.

Parágrafo Sexto – Como condição para a prestação dos serviços, as empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados se comprometem a apresentar a documentação referente à sua habilitação devidamente atualizada.

Parágrafo Sétimo – A aceitação dos serviços pela Administração não exclui a responsabilidade civil da empresa beneficiária por vícios de quantidade ou qualidade dos itens ou disparidades com as especificações estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I), ainda que verificados posteriormente.

Parágrafo Oitavo – Será de responsabilidade do Beneficiário que tiver seus preço(s) registrado(s) o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da lei, relacionadas com o cumprimento do edital e com as obrigações assumidas na presente Ata de Registro de Preço.

Parágrafo Décimo – O inadimplemento de qualquer item do Edital ou desta Ata ensejará, a critério do Titular do Órgão Gerenciador, o cancelamento do registro do preço do inadimplente, sem prejuízo das penalidades previstas no Edital.

#### CLÁUSULA QUINTA – ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública Municipal ou de outros entes federativos que não participaram do procedimento de IRP, poderão aderir a esta ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos: apresentação de justificativa da vantagem da adesão;

demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

consulta e aceitação prévias do órgão gerenciador e do fornecedor.

Parágrafo Primeiro – A autorização do órgão gerenciador apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

Parágrafo Segundo – O órgão gerenciador poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

Parágrafo Terceiro – Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

Parágrafo Quarto – O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão gerenciador, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Parágrafo Quinto – As contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

Parágrafo Sexto – O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Parágrafo Sétimo – Não será concedida nova adesão ao órgão ou entidade que não tenha consumido ou contratado o quantitativo autorizado anteriormente.

#### CLÁUSULA SEXTA – ACRÉSCIMO DE QUANTITATIVOS

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS E CANCELAMENTO DA ATA E DO PREÇO REGISTRADO

Parágrafo Primeiro – Os preços registrados poderão ser alterados por ocasião de sua atualização periódica, voltada à manutenção da conformidade dos valores com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

Parágrafo Segundo – Os preços registrados poderão ser revistos em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que acarrete modificação significativa e suficiente a alterar o custo do fornecimento dos bens e inviabilize a execução tal como pactuado, cabendo ao órgão gerenciador realizar as negociações necessárias junto



aos beneficiários do registro de preços, observado o procedimento regulamentado pelo Decreto Rio nº 36.665, de 1º de janeiro de 2013.

Parágrafo Terceiro – Observado o disposto no parágrafo segundo, quando o preço inicialmente registrado, por motivos adversos e imprevistos, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

convocar os fornecedores registrados, obedecida a ordem de classificação, com vistas a negociar a redução dos preços e sua adequação aos praticados pelo mercado;

frustrada a negociação, os fornecedores beneficiários do registro serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas;

convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação obtida na licitação, com vistas a igual oportunidade de negociação.

Parágrafo Quarto – Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e a empresa beneficiária, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

liberar o beneficiário do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e documentos comprobatórios apresentados, e se a comunicação, devidamente formalizada, ocorrer antes da solicitação do serviço;

convocar as demais empresas que aceitaram cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

Parágrafo Quinto – Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços para aquele item de material específico, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

Parágrafo Sexto – A Ata de Registro de Preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

pelo decurso do prazo de vigência;

pelo cancelamento de todos os preços registrados;

por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, mediante demonstração suficiente;

por razões de interesse público, devidamente justificadas;

no caso de substancial alteração das condições de mercado.

Parágrafo Sétimo – O preço registrado será cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração:

quando a empresa beneficiária do registro não assinar o contrato de prestação de serviços no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.

em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato;

quando a empresa beneficiária do registro for liberada;

quando a empresa beneficiária do registro descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

quando a empresa beneficiária do registro não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desse se tornar superior àqueles praticados no mercado;

quando a empresa beneficiária do registro sofrer a sanção prevista no inciso IV do art.156 da Lei Federal nº 14.133/2021;

quando a empresa beneficiária do registro não aceitar o preço revisado pela Administração;

II – Por iniciativa da empresa beneficiária do registro, mediante solicitação formal, comprovando a impossibilidade de cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços, devidamente aceita pela Administração.

Parágrafo Oitavo – No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração Pública Municipal, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Nono – Na hipótese prevista no parágrafo oitavo, o fornecedor será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

Parágrafo Décimo – Na hipótese de cancelamento do preço registrado, poderão ser convocados os licitantes remanescentes para a formalização do contrato de fornecimento de bens, respeitada a ordem de classificação e observado o preço da proposta vencedora, bem como os requisitos de habilitação e o procedimento previsto no Edital.

Parágrafo Décimo Primeiro – O cancelamento dos preços registrados deverá ser formalizado por escrito e comunicado à empresa beneficiária por meio de correspondência com aviso de recebimento e por publicação no Boletim Oficial do Município de Angra dos Reis, juntando-se o comprovante da notificação aos autos do processo em que reduzido a termo o registro de preços.

#### CLÁUSULA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O descumprimento desta Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Termo de Referência.

Parágrafo Primeiro – As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

Parágrafo Segundo – É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

Parágrafo Terceiro – O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências que ensejar o cancelamento do registro do fornecedor pelo gerenciador, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do respectivo registro.

#### CLÁUSULA NONA – FORO

Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Angra dos Reis para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da presente Ata de Registro de Preços, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Integram esta Ata, o Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 010/2025/FTAR e as propostas de preço das licitantes vencedoras do mencionado Pregão.

As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 01(uma) única via de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

JOÃO WILLY SEIXAS PEIXOTO

PRESIDENTE DA TURISANGRA

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 017/2025/FTAR**  
**PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 010/2025/FTAR**

Aos 14 (quatorze) dias do mês de novembro do ano de 2025 (dois mil e vinte e cinco), o MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS, por meio da Fundação de Turismo de Angra dos Reis, nos termos das normas de caráter geral da Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto nº 13.361/2023, pela Lei Complementar Federal nº 123/2006 – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei Federal nº 8.078/1990 e suas alterações, em face do resultado do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 010/2025/FTAR, realizado por meio do processo administrativo nº SEI-2025-21000307, homologado e publicado no Boletim Oficial do Município de Angra dos Reis, RESOLVE registrar os preços da empresa classificada LOC7 PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 30.112.209/0001-08, situada à rua Virgilino Alves Nogueira, nº 301, bairro: Goiabal – Barra Mansa – Rio de Janeiro, CEP: 27.340-140, telefone:(24) 97402-8842, e-mail: loc7comercial@gmail.com, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e àqueles enunciadas nas cláusulas que se seguem.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

A presente Ata de Registro de Preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para contratação de empresa especializada para prestação de serviço de locação de palcos de alumínio, com montagem, manutenção e desmontagem, para atender aos eventos realizados pela Fundação de Turismo de Angra dos Reis, especificados no Edital de Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 010/2025/FTAR e/ou no Termo de Referência que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados (tabela abaixo) independentemente de transcrição.

ITEM	CATMAT CATSER	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
=07	24376	<p>PALCO EM ALUMÍNIO (12x08) METROS - POR PERÍODO DE 01 DIA</p> <p>Para uso na Ilha Grande (°3 Distrito):</p> <p>Palco com cobertura e em estrutura treliçada de alumínio P30 e P50, de formato retangular, em bom estado de conservação, medindo 14 m de frente por 10 m de profundidade, mantendo-se a metragem mínima de 140 m².</p> <p>Piso medindo 12 m X 08 m em praticáveis com perfil de ferro galvanizado e compensado naval de 30 mm, estruturado em treliças de viga U de 4", com altura variável de 0,90 cm à 1,60 m em relação ao solo, com forração em carpete agulhado medindo 3 mm, na nova na cor grafite ou preto, pé direito do solo ao teto de 12 m e do piso ao teto de 9,5 m, coberto com fechamento nas laterais e fundo com material em lona e proteção total contra chuva, fechamento inferior frontal e nas laterais, escada de acesso metálico com corrimão em ambos os lados, guarda-corpo nos lados e fundos e aterramento de FLY em treliça de alumínio agregadas ao palco, com altura de 11 m, 02 (dois) módulos metálicos para caixa de subgraves, contíguos ao palco medindo aproximadamente 4 m x 2 m, com uma área de serviço de 4 m x 4 m coberta, 01(um) housemix 4 m x 4 m. Com saia em tecido tipo elastano medindo 0,90 cm à 1,60 m em relação ao tamanho do solo, e em torno de todo o piso do palco (04 fases do piso). Equipe técnica: 01 Engenheiro Civil ou Arquiteto e 05 montadores.</p> <p>Equipamentos de segurança - EPT'S</p>	Unidade	04	R\$ 17.900,00	R\$ 71.600,00

12	24376	<p>PALCO EM ALUMÍNIO (06x04) METROS - POR PERÍODO DE 03 DIAS</p> <p>Para uso para todo o continente (1°, 2° e 4° Distritos):</p> <p>Palco em estrutura treliçada de alumínio P30, de formato retangular, em bom estado de conservação, medindo 08 m de frente por 06 m de profundidade, mantendo-se a metragem mínima de 48m². Piso em praticáveis com perfil de alumínio, assoalho de compensado naval de 30 mm, com pés telescópicos de altura variável de 0,90 cm à 1,60 m em relação ao solo, com forração em carpete agulhado medindo 3 mm, na nova na cor grafite ou preto, pé direito do solo ao teto de 4 m e do piso ao teto de mínimo de 3 m, com fechamento nas laterais e fundo com material em lona e proteção total contra chuva, fechamento inferior frontal e nas laterais (com saia em tecido tipo elastano medindo 0,90 cm à 1,60 m em relação ao tamanho do solo, e em torno de todo o piso do palco 04 fases do piso), escada de acesso em alumínio com corrimão em ambos os lados, guarda-corpo nas laterais em alumínio, aterramento conforme normas da ABNT. Um praticável (asas de P.A.) em módulos metálicos, contíguos ao palco, medindo aproximadamente 3 m x 1 m e altura de piso compatível com o palco.</p> <p>Equipe técnica: 01 Engenheiro Civil ou Arquiteto e 05 montadores.</p> <p>Equipamentos de segurança – EPI'S.</p>	Unidade	12	R\$ 5.700,00	R\$ 68.400,00
13	24376	<p>PALCO EM ALUMÍNIO (06x04) METROS - POR PERÍODO DE 01 DIA</p> <p>Para uso para todo o continente (1°, 2° e 4° Distritos):</p> <p>Palco em estrutura treliçada de alumínio P30, de formato retangular, em bom estado de conservação, medindo 08 m de frente por 06 m de profundidade, mantendo-se a metragem mínima de 48m². Piso em praticáveis com perfil de alumínio, assoalho de compensado naval de 30 mm, com pés telescópicos de altura variável de 0,90 cm à 1,60 m em relação ao solo, com forração em carpete agulhado medindo 3 mm, na nova na cor grafite ou preto, pé direito do solo ao teto de 4 m e do piso ao teto de mínimo de 3 m, com fechamento nas laterais e fundo com material em lona e proteção total contra chuva, fechamento inferior frontal e nas laterais (com saia em tecido tipo elastano medindo 0,90 cm à 1,60 m em relação ao tamanho do solo, e em torno de todo o piso do palco 04 fases do piso), escada de acesso em alumínio com corrimão em ambos os lados, guarda-corpo nas laterais em alumínio, aterramento conforme normas da ABNT. Um praticável (asas de P.A.) em módulos metálicos, contíguos ao palco, medindo aproximadamente 3 m x 1 m e altura de piso compatível com o palco.</p> <p>Equipe técnica: 01 Engenheiro Civil ou Arquiteto e 05 montadores.</p> <p>Equipamentos de segurança – EPI'S.</p>	Unidade	12	R\$ 5.000,00	R\$ 60.000,00
21	5312	<p>PISO EASYFLOOR - POR PERÍODO DE 03 DIAS</p> <p>Para uso em todo continente (1°, 2° e 4° Distritos):</p> <p>Estrutura em módulos moldados em plástico polipropileno de alta resistência e impacto, com acabamento antiderrapante e proteção antichamas, encaixes intertravados, e ranhuras para ventilação.</p>	m²	1.200	R\$ 50,00	R\$ 60.000,00
22	5312	<p>PISO TIPO DECK - POR PERÍODO DE 03 DIAS</p> <p>Para uso em todo continente (1°, 2° e 4° Distritos):</p> <p>Estrutura composta por painéis de madeira, fixados em bases metálicas de suporte elevado, com encaixe modular, com altura regulável de 10cm a 20 cm de altura, medindo 1x1 metro.</p>	m²	1.200	R\$ 55,00	R\$ 66.000,00

Parágrafo Único – A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, a partir da data da sua publicação no Boletim Oficial do Município de Angra dos Reis, acompanhada da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas.

Parágrafo Primeiro – No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

Parágrafo Segundo – O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado, observado o prazo máximo de vigência de 1 (um) ano, prorrogável por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

Parágrafo Terceiro – A prorrogação do prazo da Ata de Registro de Preços deverá considerar, além do preço, o desempenho das empresas na execução das obrigações anteriormente assumidas.

Parágrafo Quarto – A prorrogação da vigência da ata de registro de preços deve ser precedida de ampla pesquisa de mercado, a fim de verificar a adequação dos preços registrados aos parâmetros de mercado no momento da prorrogação, aferida por meio dos parâmetros previstos no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – ORDEM DE SERVIÇO

A execução dos serviços cujos preços ora são registrados será requisitada por intermédio da apresentação da Ordem de Serviço correspondente.

Parágrafo Único – Cada Ordem de Serviço conterá, sucintamente:

o número da Ata;

a descrição do serviço;

o local, hora e prazo do serviço;

o valor da requisição.

#### CLÁUSULA QUARTA – CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

A prestação de serviços obedecerá à conveniência e às necessidades da Administração.

Parágrafo Primeiro – Dentro do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, a empresa beneficiária que tiver seu preço registrado ficará obrigada à prestação dos serviços, observadas as condições do Termo de Referência (Anexo I) e desta Ata de Registro de Preços.

Parágrafo Segundo – O Órgão Gerenciador promoverá periodicamente pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição para a requisição dos serviços e/ou publicação dos preços registrados no Boletim Oficial do Município de Angra dos Reis.

Parágrafo Terceiro – A prestação dos serviços será precedida de preenchimento, pelo Órgão Participante, do respectivo formulário “ORDEM DE SERVIÇO”, que será entregue às empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados, após aquiescência do Órgão Gerenciador, com a antecedência mínima descrita no Termo de Referência (Anexo I), para prestação no local indicado.

Parágrafo Quarto – A contratação somente estará caracterizada após o recebimento da “ORDEM DE SERVIÇO”, devidamente acompanhada da competente Nota de Empenho.

Parágrafo Quinto – A empresa beneficiária que tiver seu preço registrado se obriga a manter, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas neste Pregão.

Parágrafo Sexto – Como condição para a prestação dos serviços, as empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados se comprometem a apresentar a documentação referente à sua habilitação devidamente atualizada.

Parágrafo Sétimo – A aceitação dos serviços pela Administração não exclui a responsabilidade civil da empresa beneficiária por vícios de quantidade ou qualidade dos itens ou disparidades com as especificações estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I), ainda que verificados posteriormente.

Parágrafo Oitavo – Será de responsabilidade do Beneficiário que tiver seus preço(s) registrado(s) o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da lei, relacionadas com o cumprimento do edital e com as obrigações assumidas na presente Ata de Registro de Preço.

Parágrafo Décimo – O inadimplemento de qualquer item do Edital ou desta Ata ensejará, a critério do Titular do Órgão Gerenciador, o

cancelamento do registro do preço do inadimplente, sem prejuízo das penalidades previstas no Edital.

#### CLÁUSULA QUINTA – ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública Municipal ou de outros entes federativos que não participaram do procedimento de IRP, poderão aderir a esta ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos: apresentação de justificativa da vantagem da adesão;

demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

consulta e aceitação prévias do órgão gerenciador e do fornecedor.

Parágrafo Primeiro – A autorização do órgão gerenciador apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

Parágrafo Segundo – O órgão gerenciador poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

Parágrafo Terceiro – Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

Parágrafo Quarto – O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão gerenciador, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Parágrafo Quinto – As contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

Parágrafo Sexto – O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Parágrafo Sétimo – Não será concedida nova adesão ao órgão ou entidade que não tenha consumido ou contratado o quantitativo autorizado anteriormente.

#### CLÁUSULA SEXTA – ACRÉSCIMO DE QUANTITATIVOS

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS E CANCELAMENTO DA ATA E DO PREÇO REGISTRADO

Parágrafo Primeiro – Os preços registrados poderão ser alterados por ocasião de sua atualização periódica, voltada à manutenção da conformidade dos valores com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

Parágrafo Segundo – Os preços registrados poderão ser revistos em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que acarrete modificação significativa e suficiente a alterar o custo do fornecimento dos bens e inviabilize a execução tal como pactuado, cabendo ao órgão gerenciador realizar as negociações necessárias junto aos beneficiários do registro de preços, observado o procedimento regulamentado pelo Decreto Rio nº 36.665, de 1º de janeiro de 2013.



Parágrafo Terceiro – Observado o disposto no parágrafo segundo, quando o preço inicialmente registrado, por motivos adversos e imprevistos, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

convocar os fornecedores registrados, obedecida a ordem de classificação, com vistas a negociar a redução dos preços e sua adequação aos praticados pelo mercado;

frustrada a negociação, os fornecedores beneficiários do registro serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas;

convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação obtida na licitação, com vistas a igual oportunidade de negociação.

Parágrafo Quarto – Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e a empresa beneficiária, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

liberar o beneficiário do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e documentos comprobatórios apresentados, e se a comunicação, devidamente formalizada, ocorrer antes da solicitação do serviço;

convocar as demais empresas que aceitaram cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

Parágrafo Quinto – Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços para aquele item de material específico, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

Parágrafo Sexto – A Ata de Registro de Preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

pelo decurso do prazo de vigência;

pelo cancelamento de todos os preços registrados;

por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, mediante demonstração suficiente;

por razões de interesse público, devidamente justificadas;

no caso de substancial alteração das condições de mercado.

Parágrafo Sétimo – O preço registrado será cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração:

quando a empresa beneficiária do registro não assinar o contrato de prestação de serviços no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.

em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato;

quando a empresa beneficiária do registro for liberada;

quando a empresa beneficiária do registro descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

quando a empresa beneficiária do registro não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desse se tornar superior àqueles praticados no mercado;

quando a empresa beneficiária do registro sofrer a sanção prevista no inciso IV do art.156 da Lei Federal nº 14.133/2021;

quando a empresa beneficiária do registro não aceitar o preço revisado pela Administração;

II – Por iniciativa da empresa beneficiária do registro, mediante solicitação formal, comprovando a impossibilidade de cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços, devidamente aceita pela Administração.

Parágrafo Oitavo – No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração Pública Municipal, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Nono – Na hipótese prevista no parágrafo oitavo, o fornecedor será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

Parágrafo Décimo – Na hipótese de cancelamento do preço registrado, poderão ser convocados os licitantes remanescentes para a formalização do contrato de fornecimento de bens, respeitada a ordem de classificação e observado o preço da proposta vencedora, bem como os requisitos de habilitação e o procedimento previsto no Edital.

Parágrafo Décimo Primeiro – O cancelamento dos preços registrados deverá ser formalizado por escrito e comunicado à empresa beneficiária por meio de correspondência com aviso de recebimento e por publicação no Boletim Oficial do Município de Angra dos Reis, juntando-se o comprovante da notificação aos autos do processo em que reduzido a termo o registro de preços.

#### CLÁUSULA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O descumprimento desta Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Termo de Referência.

Parágrafo Primeiro – As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

Parágrafo Segundo – É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

Parágrafo Terceiro – O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências que ensejar o cancelamento do registro do fornecedor pelo gerenciador, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do respectivo registro.

#### CLÁUSULA NONA – FORO

Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Angra dos Reis para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da presente Ata de Registro de Preços, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Integram esta Ata, o Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 010/2025/FTAR e as propostas de preço das licitantes vencedoras do mencionado Pregão.

As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 01(uma) única via de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

**JOÃO WILLY SEIXAS PEIXOTO**

PRESIDENTE DA TURISANGRA

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2025/FTAR**  
**PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 010/2025/FTAR**

Aos 14 (quatorze) dias do mês novembro do ano de 2025 (dois mil e vinte e cinco) o MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS, por meio da Fundação de Turismo de Angra dos Reis, nos termos das normas de caráter geral da Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto nº 13.361/2023, pela Lei Complementar Federal nº 123/2006 – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei Federal nº 8.078/1990 e suas alterações, em face do resultado do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 010/2025/FTAR, realizado por meio do processo administrativo nº 2025-21000307/2025, homologado e publicado no Boletim Oficial do Município de Angra dos Reis, RESOLVE registrar os preços da empresa classificada ONLY ENTRETENIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ: 09.203.179/0001-59, sediada na Av. General Gabriel da Fonseca, nº 137, no bairro: Padre Eterno, Tremembé – São Paulo, Telefones: (12) 3672-1820, (12) 97405-0278, E-mail: contato@onlyentretenimentos.com.br, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e àquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

A presente Ata de Registro de Preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para contratação de empresa especializada para prestação de serviço de locação de palcos de alumínio, com montagem, manutenção e desmontagem, para atender aos eventos realizados pela Fundação de Turismo de Angra dos Reis, especificados no Edital de Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 010/2025/FTAR e/ou no Termo de Referência que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados (tabela abaixo) independentemente de transcrição.

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
08	24376	<p>PALCO EM ALUMÍNIO (08x06) METROS - POR PERÍODO DE 03 DIAS</p> <p>Para uso em todo o Continente (1º, 2º e 4º Distritos):</p> <p>Palco em estrutura treliçada de alumínio P30, de formato retangular, em bom estado de conservação, medindo 10 m de frente por 08 m de profundidade, mantendo-se a metragem mínima de 180 m². Piso medindo 08 m X 06 m em praticáveis com perfil de alumínio, assoalho em compensado naval de 30mm, com pés telescópicos de altura variável de 0,90 cm à 1,60 m em relação ao solo, com forração em carpete agulhado medindo 3 mm, na nova na cor grafite ou preto, pé direito (do solo ao teto) de 6 m. Piso ao teto de mínimo de 4 m, com fechamento nas laterais e fundo com material em lona e proteção total contra chuva, fechamento inferior frontal e nas laterais (com saia em tecido tipo elastano medindo 0,90 cm à 1,60 m em relação ao tamanho do solo, e em torno de todo o piso do palco 04 fases do piso). Escada de acesso em alumínio com corrimão em ambos os lados, guarda-corpo nas laterais em alumínio, aterramento conforme normas da ABNT. Um praticável (asas de P.A.) em módulos metálicos, contíguos ao palco, medindo aproximadamente 3 m x 1 m e altura de piso compatível com o palco.</p> <p>Equipe técnica: 01 Engenheiro Civil ou Arquiteto e 05 montadores.</p> <p>Equipamentos de segurança - EPI'S</p>	Unidade	12	R\$ 7.500,00	R\$ 90.000,00

09	24376	<p>PALCO EM ALUMÍNIO (08x06) METROS - POR PERÍODO DE 01 DIA</p> <p>Para uso em todo o Continente (1º, 2º e 4º Distritos):</p> <p>Palco em estrutura treliçada de alumínio P30, de formato retangular, em bom estado de conservação, medindo 10 m de frente por 08 m de profundidade, mantendo-se a metragem mínima de 180 m². Piso medindo 08 m X 06 m em praticáveis com perfil de alumínio, assoalho em compensado naval de 30mm, com pés telescópicos de altura variável de 0,90 cm à 1,60 m em relação ao solo, com forração em carpete agulhado medindo 3 mm, na nova na cor grafite ou preto, pé direito (do solo ao teto) de 6 m. Piso ao teto de mínimo de 4 m, com fechamento nas laterais e fundo com material em lona e proteção total contra chuva, fechamento inferior frontal e nas laterais (com saia em tecido tipo elastano medindo 0,90 cm à 1,60 m em relação ao tamanho do solo, e em torno de todo o piso do palco 04 fases do piso). Escada de acesso em alumínio com corrimão em ambos os lados, guarda-corpo nas laterais em alumínio, aterramento conforme normas da ABNT. Um praticável (asas de P.A.) em módulos metálicos, contíguos ao palco, medindo aproximadamente 3 m x 1 m e altura de piso compatível com o palco.</p> <p>Equipe técnica: 01 Engenheiro Civil ou Arquiteto e 05 montadores.</p> <p>Equipamentos de segurança - EPI'S</p>	Unidade	12	R\$ 6.790,00	R\$ 81.480,00
10	24376	<p>PALCO EM ALUMÍNIO (08x06) METROS - POR PERÍODO DE 03 DIAS</p> <p>Para uso na Ilha Grande (3º Distritos):</p> <p>Palco em estrutura treliçada de alumínio P30, de formato retangular, em bom estado de conservação, medindo 10 m de frente por 08 m de profundidade, mantendo-se a metragem mínima de 180 m². Piso medindo 08 m X 06 m em praticáveis com perfil de alumínio, assoalho em compensado naval de 30mm, com pés telescópicos de altura variável de 0,90 cm à 1,60 m em relação ao solo, com forração em carpete agulhado medindo 3 mm, na nova na cor grafite ou preto, pé direito (do solo ao teto) de 6 m. Piso ao teto de mínimo de 4 m, com fechamento nas laterais e fundo com material em lona e proteção total contra chuva, fechamento inferior frontal e nas laterais (com saia em tecido tipo elastano medindo 0,90 cm à 1,60 m em relação ao tamanho do solo, e em torno de todo o piso do palco 04 fases do piso). Escada de acesso em alumínio com corrimão em ambos os lados, guarda-corpo nas laterais em alumínio, aterramento conforme normas da ABNT. Um praticável (asas de P.A.) em módulos metálicos, contíguos ao palco, medindo aproximadamente 3 m x 1 m e altura de piso compatível com o palco.</p> <p>Equipe técnica: 01 Engenheiro Civil ou Arquiteto e 05 montadores.</p> <p>Equipamentos de segurança - EPI'S</p>	Unidade	04	R\$ 10.490,00	R\$ 41.960,00
11	24376	<p>PALCO EM ALUMÍNIO (08x06) METROS - POR PERÍODO DE 01 DIA</p> <p>Para uso na Ilha Grande (3º Distritos):</p> <p>Palco em estrutura treliçada de alumínio P30, de formato retangular, em bom estado de conservação, medindo 10 m de frente por 08 m de profundidade, mantendo-se a metragem mínima de 180 m². Piso medindo 08 m X 06 m em praticáveis com perfil de alumínio, assoalho em compensado naval de 30mm, com pés telescópicos de altura variável de 0,90 cm à 1,60 m em relação ao solo, com forração em carpete agulhado medindo 3 mm, na nova na cor grafite ou preto, pé direito (do solo ao teto) de 6 m. Piso ao teto de mínimo de 4 m, com fechamento nas laterais e fundo com material em lona e proteção total contra chuva, fechamento inferior frontal e nas laterais (com saia em tecido tipo elastano medindo 0,90 cm à 1,60 m em relação ao tamanho do solo, e em torno de todo o piso do palco 04 fases do piso). Escada de acesso em alumínio com corrimão em ambos os lados, guarda-corpo nas laterais em alumínio, aterramento conforme normas da ABNT. Um praticável (asas de P.A.) em módulos metálicos, contíguos ao palco, medindo aproximadamente 3 m x 1 m e altura de piso compatível com o palco.</p> <p>Equipe técnica: 01 Engenheiro Civil ou Arquiteto e 05 montadores.</p> <p>Equipamentos de segurança - EPI'S</p>	Unidade	04	R\$ 9.990,00	R\$ 39.960,00
18	24376	<p>PALCO EM ALUMÍNIO (04x04) METROS - POR PERÍODO DE 03 DIAS</p> <p>Para uso na Ilha Grande (3º Distritos):</p> <p>Palco em estrutura treliçada de alumínio P30, de formato retangular, em bom estado de conservação, medindo 08 m de frente por 08 m de profundidade, mantendo-se a metragem mínima de 16 m². Piso medindo 4m X 4m em praticáveis com perfil de alumínio, assoalho de compensado naval de 30 mm, com pés telescópicos de altura variável de 0,90 cm à 1,60 m em relação ao solo, com forração em carpete agulhado medindo 3 mm, na nova na cor grafite ou preta, pé direito do solo ao teto de 4 metros e do piso ao teto de mínimo de 3 m, com fechamento nas laterais e fundo com material em lona e proteção total contra chuva, fechamento inferior frontal e nas laterais (com saia em tecido tipo elastano medindo 0,90 cm à 1,60 m em relação ao tamanho do solo, e em torno de todo o piso do palco (04 fases do piso), escada de acesso em alumínio com corrimão em ambos os lados, guarda-corpo nas laterais em alumínio, aterramento conforme normas da ABNT. Um praticável (asas de P.A.) em módulos metálicos, contíguos ao palco, medindo aproximadamente 3 m x 1 m e altura de piso compatível com o palco.</p> <p>Equipe técnica: 01 Engenheiro Civil ou Arquiteto e 05 montadores.</p> <p>Equipamentos de segurança - EPI'S</p>	Unidade	04	R\$ 7.200,00	R\$ 28.800,00
20	5312	<p>PISO PRATICÁVEL (02x01) METROS - POR PERÍODO DE 03 DIAS</p> <p>Para uso em todo continente (1º, 2º e 4º Distritos):</p> <p>Piso praticável tipo pantográfica em alumínio. Tampo: Compensado Naval 10 mm.</p> <p>Dimensões: 2 m x 1 m. Peso até 69 Kg. Carga máxima distribuída (estática) : 1.500kg (750kg/m²). Altura ajustável: Até 1m a cada 20 cm. Fechada = 15 cm.</p> <p>Forração em carpete agulhado, 3 mm, cor cinza ou preto, acabamento tipo saia em tecido elástico na cor preta, variação do tamanho de 20 cm até 1m.</p> <p>Pedido mínimo 16 m².</p> <p>Toda a estrutura deverá atender às especificações da Associação Brasileira das Normas Técnicas (ABNT). Capacidade de carga mínima: A estrutura do piso deve aceitar uma carga aproximadamente de 200 kg/m2.</p>	m²	1.200	R\$ 72,00	R\$ 86.400,00

Parágrafo Único – A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, a partir da data da sua publicação no Boletim Oficial do Município de Angra dos Reis, acompanhada da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas.

Parágrafo Primeiro – No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

Parágrafo Segundo – O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado, observado o prazo máximo de vigência de 1 (um) ano, prorrogável por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

Parágrafo Terceiro – A prorrogação do prazo da Ata de Registro de Preços deverá considerar, além do preço, o desempenho das empresas na execução das obrigações anteriormente assumidas.

Parágrafo Quarto – A prorrogação da vigência da ata de registro de preços deve ser precedida de ampla pesquisa de mercado, a fim de verificar a adequação dos preços registrados aos parâmetros de mercado no momento da prorrogação, aferida por meio dos parâmetros previstos no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021.

## CLÁUSULA TERCEIRA – ORDEM DE SERVIÇO

A execução dos serviços cujos preços ora são registrados será requisitada por intermédio da apresentação da Ordem de Serviço correspondente.

Parágrafo Único – Cada Ordem de Serviço conterá, sucintamente:

- o número da Ata;
- a descrição do serviço;
- o local, hora e prazo do serviço;
- o valor da requisição.

## CLÁUSULA QUARTA – CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

A prestação de serviços obedecerá à conveniência e às necessidades da Administração.

Parágrafo Primeiro – Dentro do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, a empresa beneficiária que tiver seu preço registrado ficará obrigada à prestação dos serviços, observadas as condições do Termo de Referência (Anexo I) e desta Ata de Registro de Preços.

Parágrafo Segundo – O Órgão Gerenciador promoverá periodicamente pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição para a requisição dos serviços e/ou publicação dos preços registrados no Boletim Oficial do Município de Angra dos Reis.

Parágrafo Terceiro – A prestação dos serviços será precedida de preenchimento, pelo Órgão Participante, do respectivo formulário “ORDEM DE SERVIÇO”, que será entregue às empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados, após aquiescência do Órgão Gerenciador, com a antecedência mínima descrita no Termo de Referência (Anexo I), para prestação no local indicado.

Parágrafo Quarto – A contratação somente estará caracterizada após o recebimento da “ORDEM DE SERVIÇO”, devidamente acompan-

hada da competente Nota de Empenho.

Parágrafo Quinto – A empresa beneficiária que tiver seu preço registrado se obriga a manter, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas neste Pregão.

Parágrafo Sexto – Como condição para a prestação dos serviços, as empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados se comprometem a apresentar a documentação referente à sua habilitação devidamente atualizada.

Parágrafo Sétimo – A aceitação dos serviços pela Administração não exclui a responsabilidade civil da empresa beneficiária por vícios de quantidade ou qualidade dos itens ou disparidades com as especificações estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I), ainda que verificados posteriormente.

Parágrafo Oitavo – Será de responsabilidade do Beneficiário que tiver seus preço(s) registrado(s) o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da lei, relacionadas com o cumprimento do edital e com as obrigações assumidas na presente Ata de Registro de Preço.

Parágrafo Décimo – O inadimplemento de qualquer item do Edital ou desta Ata ensejará, a critério do Titular do Órgão Gerenciador, o cancelamento do registro do preço do inadimplente, sem prejuízo das penalidades previstas no Edital.

#### CLÁUSULA QUINTA – ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública Municipal ou de outros entes federativos que não participaram do procedimento de IRP, poderão aderir a esta ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos: apresentação de justificativa da vantagem da adesão;

demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

consulta e aceitação prévias do órgão gerenciador e do fornecedor.

Parágrafo Primeiro – A autorização do órgão gerenciador apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

Parágrafo Segundo – O órgão gerenciador poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

Parágrafo Terceiro – Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

Parágrafo Quarto – O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão gerenciador, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Parágrafo Quinto – As contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

Parágrafo Sexto – O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.



Parágrafo Sétimo - Não será concedida nova adesão ao órgão ou entidade que não tenha consumido ou contratado o quantitativo autorizado anteriormente.

#### CLÁUSULA SEXTA – ACRÉSCIMO DE QUANTITATIVOS

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS E CANCELAMENTO DA ATA E DO PREÇO REGISTRADO.

Parágrafo Primeiro – Os preços registrados poderão ser alterados por ocasião de sua atualização periódica, voltada à manutenção da conformidade dos valores com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

Parágrafo Segundo – Os preços registrados poderão ser revistos em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que acarrete modificação significativa e suficiente a alterar o custo do fornecimento dos bens e inviabilize a execução tal como pactuado, cabendo ao órgão gerenciador realizar as negociações necessárias junto aos beneficiários do registro de preços, observado o procedimento regulamentado pelo Decreto Rio nº 36.665, de 1º de janeiro de 2013.

Parágrafo Terceiro – Observado o disposto no parágrafo segundo, quando o preço inicialmente registrado, por motivos adversos e imprevisíveis, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

convocar os fornecedores registrados, obedecida a ordem de classificação, com vistas a negociar a redução dos preços e sua adequação aos praticados pelo mercado;

frustrada a negociação, os fornecedores beneficiários do registro serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas;

convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação obtida na licitação, com vistas a igual oportunidade de negociação.

Parágrafo Quarto – Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e a empresa beneficiária, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

liberar o beneficiário do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e documentos comprobatórios apresentados, e se a comunicação, devidamente formalizada, ocorrer antes da solicitação do serviço;

convocar as demais empresas que aceitaram cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

Parágrafo Quinto – Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços para aquele item de material específico, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

Parágrafo Sexto – A Ata de Registro de Preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

- a) pelo decurso do prazo de vigência;
- b) pelo cancelamento de todos os preços registrados;
- c) por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, mediante demonstração suficiente;
- d) por razões de interesse público, devidamente justificadas;
- e) no caso de substancial alteração das condições de mercado.

Parágrafo Sétimo – O preço registrado será cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração:

quando a empresa beneficiária do registro não assinar o contrato de prestação de serviços no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.

em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato;

quando a empresa beneficiária do registro for liberada;

quando a empresa beneficiária do registro descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

quando a empresa beneficiária do registro não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desse se tornar superior àqueles praticados no mercado;

quando a empresa beneficiária do registro sofrer a sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;

quando a empresa beneficiária do registro não aceitar o preço revisado pela Administração;

II – Por iniciativa da empresa beneficiária do registro, mediante solicitação formal, comprovando a impossibilidade de cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços, devidamente aceita pela Administração.

Parágrafo Oitavo – No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração Pública Municipal, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Nono – Na hipótese prevista no parágrafo oitavo, o fornecedor será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

Parágrafo Décimo – Na hipótese de cancelamento do preço registrado, poderão ser convocados os licitantes remanescentes para a formalização do contrato de fornecimento de bens, respeitada a ordem de classificação e observado o preço da proposta vencedora, bem como os requisitos de habilitação e o procedimento previsto no Edital.

Parágrafo Décimo Primeiro – O cancelamento dos preços registrados deverá ser formalizado por escrito e comunicado à empresa beneficiária por meio de correspondência com aviso de recebimento e por publicação no Boletim Oficial do Município de Angra dos Reis, juntando-se o comprovante da notificação aos autos do processo em que reduzido a termo o registro de preços.

#### CLÁUSULA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O descumprimento desta Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Termo de Referência.

Parágrafo Primeiro – As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

Parágrafo Segundo – É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

Parágrafo Terceiro – O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências que ensejar o cancelamento do registro do fornecedor pelo gerenciador, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do respectivo registro.

#### CLÁUSULA NONA – FORO

Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Angra dos Reis para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da presente Ata de Registro de Preços, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Integram esta Ata, o Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 010/2025/FTAR as propostas de preço das licitantes vencedoras do mencionado Pregão.

As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 01 (uma) única via, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

**JOÃO WILLY SEIXAS PEIXOTO**

PRESIDENTE DA TURISANGRA

#### ERRATA

Errata do Edital de Notificação Angra 01-25, de 06 de novembro de 2025, publicado no Boletim Oficial do Município de Angra dos Reis nº 2247, do dia 17 de novembro de 2025, páginas 24 a 35:

#### **ONDE SE LÊ:**

**“DOUGLAS FERREIRA BARBOSA**  
SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA”

#### **LEIA-SE:**

**“FABRÍCIO CARRARO GALLUCCI**  
SECRETÁRIO EXECUTIVO DE ORDEM PÚBLICA  
E MOBILIDADE URBANA”

MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS,  
18 DE NOVEMBRO DE 2025

**FABRÍCIO CARRARO GALLUCCI**  
SECRETÁRIO EXECUTIVO DE ORDEM PÚBLICA  
E MOBILIDADE URBANA

#### DISPENSA ELETRÔNICA Nº 90.004/2025

#### **PROCESSO Nº.: SEI-2025-15004210**

**OBJETO:** Contratação emergencial para fornecimento de órtese, prótese e materiais especiais – OPME nas cirurgias eletivas e de emergência para atender as especialidades de Oncologia, Cirurgia Geral, Urologia e Endoscopia do HMJ – Hospital Municipal da Japuíba, conforme especificações técnicas e condições estabelecidas neste Termo de Referência, visando assegurar o fluxo dos atendimentos aos usuários do SUS, garantindo o funcionamento adequado dos serviços prestados pela Rede Municipal de Saúde, PELO PERÍODO DE 60 (SESSENTA) DIAS.

**DATA/HORA DA SESSÃO:** 27/11/2025, às 09:00hs.

**RETIRADA DO EDITAL:** <https://www.gov.br/compras/pt-br> (Portal Nacional de Compras Públicas) ou através do site [www.angra.rj.gov.br](http://www.angra.rj.gov.br)

**MONIQUE SERPA DE ALMEIDA**  
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

**COMUNICADO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90023/2025  
PROCESSO Nº SEI-2025-29000108**

O Município de Angra dos Reis, através do pregoeiro Srº Adriel Felipe Conceição de Lacerda vem comunicar o retorno da sessão do pregão supracitado que acontecerá no dia 19/11/2025 (quarta-feira), às 14h00min, no Sistema ComprasGov.

ANGRA DOS REIS, 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

**ADRIEL FELIPE CONCEIÇÃO DE LACERDA**  
PREGOEIRO

**TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**  
**N.º 090/2025/SCP**

A Srª. Secretária de Cultura e Patrimônio resolve contratar diretamente, por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, a apresentação da Banda Pagode da Rainha, com base no artigo 74, inciso II, da Lei 14.133/2021, embasado no Parecer 70/2025/PGM/ASJUR03.

**I – N.º DO PROCESSO: SEI-2025-03000965**

**II – CREDOR: ACORDES MUSICAL PRODUÇÕES LTDA**

**III – CNPJ: 62.398.171/0001-78**

**IV – ENDEREÇO:** Rua Professor Heitor Carrilho, nº 305, Blobo 03, Centro, Niterói/RJ – CEP 24.030-230.

**V – OBJETO:** Contratação da banda “Pagode da Rainha”, para a realização de uma apresentação musical no dia 23 de novembro de 2025, às 19h, durante a Festa de Cristo Rei, a ser realizada no Bairro Novo Angra, município de Angra dos Reis/RJ.

**VI – VALOR ESTIMADO DO CONTRATO:** R\$ 7.000,00 (sete mil reais).

**VII – DO PRAZO:** A apresentação acontecerá no dia 23/11/2025, conforme item III do Termo de Referência, documento SEI 00845609.

**VIII – RAZÃO DA ESCOLHA DO CREDOR:** Conforme Justificativa no item II do Termo de Referência, documento SEI 00845609.

**IX – JUSTIFICATIVA DO PREÇO:** Conforme proposta de preços,

documento SEI 00843241 e justificativa, documento SEI 00843175.

**X – FORMA DE PAGAMENTO:** O pagamento será efetuado conforme item VII do Termo de Referência documento SEI 00845609.

Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer documento por culpa da contratada, o prazo será suspenso até a data da respectiva reapresentação do documento, isento de erros, recomeçando-se então a contagem do prazo.

**XI – FUNDAMENTO LEGAL:** Na forma do art. 74, inciso II, da Lei 14.133/2021.

XII – As despesas decorrentes da presente Contratação correrão por conta do PT: Ficha nº 20250383, dotação orçamentária n.º 20.2022.13.392.0219.2746.339039.15000000.

XIII – Fica eleito o Foro da Comarca de Angra dos Reis, RJ, para dirimir eventuais questões relativas a este processo e decorrente execução contratual.

XIV – Farão parte integrante do termo equivalente, todos os documentos pertencentes ao Processo SEI-2025-03000965, independentes de transcrição. RATIFICO a Inexigibilidade de Licitação em favor de ACORDES MUSICAL PRODUÇÕES LTDA, CNPJ: 62.398.171/0001-78, com fulcro no inciso II, do Art. 74 do supracitado diploma legal.

O presente Termo de Inexigibilidade é regido pela Lei nº 14.133/2021 e quaisquer infringências ou inobservâncias dos seus dispositivos estarão sujeitas às sanções descritas no art. 155 da supracitada Lei.

Determino que seja dada a devida publicidade legal.

ANGRA DOS REIS/RJ, 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

**MARLENE PONCIANO**  
SECRETÁRIA DE CULTURA E PATRIMÔNIO

**PORTARIA Nº 599/2025/SMGP**  
**GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO**

O SECRETÁRIO DE MODERNIZAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL, na qualidade de ORDENADOR DE DESPESAS desta Secretaria de Modernização e Gestão de Pessoal – SMGP, no uso de suas atribuições legais conferidas através do Decreto nº 13.910,

de 15/01/2025 (B.O. nº 2045 – Página nº 20).

RESOLVE:

**Art. 1º** – Designar os servidores identificados na presente portaria para exercer a gestão e fiscalização da Ata de Registro de Preço nº 362/2025, celebrado entre o Município de Angra dos Reis/RJ, por intermédio da Secretaria de Modernização e Gestão de Pessoal – SMGP, e a empresa W DAS N FARIA LTDA, com fulcro na Lei Federal nº 14.133/2021, tendo como objeto “a presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de equipamentos de informática (materiais permanentes), contemplando os procedimentos necessários para entrega, bem como garantia, tendo por finalidade atender as demandas das diversas unidades administrativas diretas e indiretas da prefeitura municipal de Angra dos Reis por um período de 12 meses, para atender aos órgãos e entidades da Prefeitura de Angra dos Reis”.

QUALIDADE	NOME -MATRÍCULA
Gestor	Lúcio Pinheiro Garcia Barbosa - 27951
Gestor Suplente	Gilberto Bicalho Cardoso - 26292
Fiscal	Lucas Júdice Gonçalves - 17876
Fiscal Suplente	Eliete Dionísio da Silva - 28026

**Art. 2º** – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS/RJ,  
18 DE NOVEMBRO DE 2025.

ROBERTO PEIXOTO MEDEIROS DA SILVA  
SECRETÁRIO DE MODERNIZAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL – SMGP

**PORTARIA Nº 600/2025/SMGP**  
**GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO**

O SECRETÁRIO DE MODERNIZAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL, na qualidade de ORDENADOR DE DESPESAS desta Secretaria de Modernização e Gestão de Pessoal – SMGP, no uso de suas atribuições legais conferidas através do Decreto nº 13.910, de 15/01/2025 (B.O. nº 2045 – Página nº 20).

RESOLVE:

**Art. 1º** – Designar os servidores identificados na presente portaria

para exercer a gestão e fiscalização da Ata de Registro de Preço nº 363/2025, celebrado entre o Município de Angra dos Reis/RJ, por intermédio da Secretaria de Modernização e Gestão de Pessoal – SMGP, e a empresa ARÊAS E ALMEIDA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, com fulcro na Lei Federal nº 14.133/2021, tendo como objeto “a presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de equipamentos de informática (materiais permanentes), contemplando os procedimentos necessários para entrega, bem como garantia, tendo por finalidade atender as demandas das diversas unidades administrativas diretas e indiretas da prefeitura municipal de Angra dos Reis por um período de 12 meses, para atender aos órgãos e entidades da Prefeitura de Angra dos Reis”.

QUALIDADE	NOME -MATRÍCULA
Gestor	Lúcio Pinheiro Garcia Barbosa - 27951
Gestor Suplente	Gilberto Bicalho Cardoso - 26292
Fiscal	Lucas Júdice Gonçalves - 17876
Fiscal Suplente	Eliete Dionísio da Silva - 28026

**Art. 2º** – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS/RJ,  
18 DE NOVEMBRO DE 2025.

ROBERTO PEIXOTO MEDEIROS DA SILVA  
SECRETÁRIO DE MODERNIZAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL – SMGP

**PORTARIA Nº 601/2025/SMGP**  
**GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO**

O SECRETÁRIO DE MODERNIZAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL, na qualidade de ORDENADOR DE DESPESAS desta Secretaria de Modernização e Gestão de Pessoal – SMGP, no uso de suas atribuições legais conferidas através do Decreto nº 13.910, de 15/01/2025 (B.O. nº 2045 – Página nº 20).

RESOLVE:

**Art. 1º** – Designar os servidores identificados na presente portaria para exercer a gestão e fiscalização da Ata de Registro de Preço nº 364/2025, celebrado entre o Município de Angra dos Reis/RJ, por intermédio da Secretaria de Modernização e Gestão de Pessoal – SMGP, e a empresa AUGUSTO TORRES NEDEL,

com fulcro na Lei Federal nº 14.133/2021, tendo como objeto “a presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de equipamentos de informática (materiais permanentes), contemplando os procedimentos necessários para entrega, bem como garantia, tendo por finalidade atender as demandas das diversas unidades administrativas diretas e indiretas da prefeitura municipal de Angra dos Reis por um período de 12 meses, para atender aos órgãos e entidades da Prefeitura de Angra dos Reis”.

QUALIDADE	NOME -MATRÍCULA
Gestor	Lúcio Pinheiro Garcia Barbosa - 27951
Gestor Suplente	Gilberto Bicalho Cardoso - 26292
Fiscal	Lucas Júdice Gonçalves - 17876
Fiscal Suplente	Eliete Dionísio da Silva - 28026

Art. 2º – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS/RJ,  
18 DE NOVEMBRO DE 2025.

ROBERTO PEIXOTO MEDEIROS DA SILVA  
SECRETÁRIO DE MODERNIZAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL – SMGP

**PORTARIA Nº 602/2025/SMGP**  
**GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO**

O SECRETÁRIO DE MODERNIZAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL, na qualidade de ORDENADOR DE DESPESAS desta Secretaria de Modernização e Gestão de Pessoal – SMGP, no uso de suas atribuições legais conferidas através do Decreto nº 13.910, de 15/01/2025 (B.O. nº 2045 – Página nº 20).

**RESOLVE:**

Art. 1º – Designar os servidores identificados na presente portaria para exercer a gestão e fiscalização da Ata de Registro de Preço nº 365/2025, celebrado entre o Município de Angra dos Reis/RJ, por intermédio da Secretaria de Modernização e Gestão de Pessoal – SMGP, e a empresa FAGUNDEZ DISTRIBUIÇÃO LTDA, com fulcro na Lei Federal nº 14.133/2021, tendo como objeto “a presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de equipamentos de informática (materiais permanentes), contemplando os procedimentos necessários

os para entrega, bem como garantia, tendo por finalidade atender as demandas das diversas unidades administrativas diretas e indiretas da prefeitura municipal de Angra dos Reis por um período de 12 meses, para atender aos órgãos e entidades da Prefeitura de Angra dos Reis”.

QUALIDADE	NOME -MATRÍCULA
Gestor	Lúcio Pinheiro Garcia Barbosa - 27951
Gestor Suplente	Gilberto Bicalho Cardoso - 26292
Fiscal	Lucas Júdice Gonçalves - 17876
Fiscal Suplente	Eliete Dionísio da Silva - 28026

Art. 2º – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS/RJ,  
18 DE NOVEMBRO DE 2025.

ROBERTO PEIXOTO MEDEIROS DA SILVA  
SECRETÁRIO DE MODERNIZAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL – SMGP

**ERRATA**

Na publicação da RESOLUÇÃO IMAAR Nº 2, efetuada no Boletim Oficial do Município de Angra dos Reis, no dia 17 de novembro de 2025, na edição 2247, páginas 21 a 23.

**ONDE SE LÊ:**

“Art. 13 – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.”

**LEIA-SE:**

“Art. 13 – Esta Resolução terá efeitos a contar de 14 de novembro de 2025.”

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS,  
17 DE NOVEMBRO DE 2025.

MAURÍCIO LAMEGO PINHO  
DIRETOR-PRESIDENTE DO INSTITUTO MUNICIPAL  
DO AMBIENTE DE ANGRA DOS REIS



**EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL****ARTIGO 94 DA LEI Nº 14.133/2021**

**PARTES: MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS e a EMPRESA HILLS CONSTRUTORA LTDA**

**TERMO DE CONTRATO Nº 149/2025.**

**OBJETO:** O objeto do presente Contrato é a contratação de empresa especializada para serviços de engenharia de construção de muro de contenção e muro de limitação de terreno, no cemitério do Belém, localizado na Rua São Pedro – Parque Belém – Angra dos Reis. A obra é essencial para garantir a estabilidade do terreno, prevenindo deslizamentos e assegurando a integridade estrutural da área.

**PRAZO:** O Contrato vigorará a partir da assinatura até 06 (seis) meses, contados da data estabelecida no memorando de início, em perfeita obediência ao Cronograma Físico-Financeiro (Anexo IV).

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Este Contrato se rege por toda a legislação aplicável à espécie, que desde já se entende como referida no presente termo, especialmente pelas normas de caráter geral da Lei Federal nº 14.133/2021.

**VALOR:** O valor total do presente Contrato é de R\$ 210.984,74 (duzentos e dez mil novecentos e oitenta e quatro reais e setenta e quatro centavos).

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Os recursos necessários à execução das obras e/ou serviços ora contratados correrão à conta da seguinte Dotação Orçamentária: 20.2024.15.451.0220.1013.449 051.15000000, Fonte de Recurso: Ordinários e Ficha: 2025454, tendo sido empenhada a importância de R\$ 83.498,00 (oitenta e três mil quatrocentos e noventa e oito reais), por meio da Nota de Empenho nº 3158 de 17/10/2025, ficando o restante a ser empenhado à conta do orçamento do próximo exercício.

**AUTORIZAÇÃO:** Conforme autorização do Secretário Executivo de Serviço Público através do despacho nº 00739186, datados de 01/10/2025, do processo nº SEI-2025-06000621.

**DATA DA ASSINATURA:** 06/11/2025.

ANGRA DOS REIS, 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

**JOSÉ RICARDO FERREIRA**  
SECRETÁRIO EXECUTIVO DE SERVIÇO PÚBLICO

**PORTARIA Nº 275/ 2025/ ANGRAPREV**

O DIRETOR-PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS – ANGRAPREV, no uso da atribuição que lhe confere o Anexo I, Inciso I, alínea “I”, da Lei nº 4037, de 21 de Dezembro de 2021, e considerando os despachos exarados nos autos do Processo Administrativo SEI nº 2025-23000559 do Instituto de Previdência Social do Município de Angra dos Reis - ANGRAPREV, 22 de outubro de 2025,

**RESOLVE:**

APOSENTAR o servidor AILTON DE SOUSA, Mecânico Especializado, Matrícula 4476, Referência 203, Padrão “M”, do Grupo Funcional da Infraestrutura, Parte Permanente da Prefeitura Municipal de Angra dos Reis, com base no Artigo 19 da Lei Complementar nº 014, de 21 de dezembro de 2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS,  
18 DE NOVEMBRO DE 2025

**CARLOS RENATO PEREIRA GONÇALVES**  
DIRETOR – PRESIDENTE DO ANGRAPREV

**DECRETO Nº 14.438, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2025**

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 1º da Lei nº 4.491, de 25 de junho de 2025, combinado com o art. 41, inciso I e art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64,

**DECRETA:**

**Art. 1º** Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento do Município para o corrente exercício financeiro, no valor de R\$ 9.904.701,73 (nove milhões, novecentos e quatro mil, setecentos e um reais e setenta e três centavos).

Parágrafo único. Os recursos objeto deste Decreto são provenientes dos créditos adicionais por Suplementação/Anulação: R\$

9.904.701,73 (nove milhões, novecentos e quatro mil, setecentos e um reais e setenta e três centavos) na forma seguinte:

DOTAÇÃO	ANULAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO
2025 20 2025 15 452 0220 2463 449051 15000000	6.800,00	-
2025 20 2025 04 122 0204 2002 339039 15000000	-	6.800,00
2025 20 2030 17 512 0210 1783 449051 15000000	6.278.432,44	-
2025 20 2005 04 122 0204 2363 339046 15000000	-	3.162.122,44
2025 20 2005 04 122 0204 2797 335041 15000000	-	3.116.310,00
2025 20 2030 17 512 0210 1783 449051 15000000	1.950.000,00	-
2025 20 2021 04 242 0221 2711 339039 15000000	-	300.000,00
2025 20 2021 26 782 0221 2361 339039 15000000	-	1.650.000,00
2025 20 2030 17 512 0210 1783 449051 15000000	1.302.259,48	-
2025 20 2099 28 843 0000 0000 339197 15000000	-	1.302.259,48
2025 20 2024 15 451 0220 1013 449051 15000000	281.680,81	-
2025 20 2024 15 452 0220 2069 339039 15000000	-	281.680,81
2025 20 2022 13 392 0219 2175 339039 15000000	85.529,00	-
2025 22 2201 23 695 0209 1487 339039 15000000	-	85.529,00
TOTAL	9.904.701,73	9.904.701,73

Legenda:  
Descrição da Fonte de Recursos:  
15000000 - Recursos Ordinários

**Art. 2º** Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 11 de novembro de 2025.

MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS,  
11 DE NOVEMBRO DE 2025.

**CLÁUDIO DE LIMA SÍRIO**  
PREFEITO

**MARLENE PONCIANO**  
SECRETÁRIA DE CULTURA E PATRIMÔNIO

**CARLOS FELIPE LARROSA ARIAS**  
SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

**ALAN BERNARDO COELHO DE SOUZA**  
SECRETÁRIO EXTRAORDINÁRIO DE INFRAESTRUTURA

**FLÁVIO HENRIQUE DE SÁ**  
SECRETÁRIO DE FINANÇAS

**ROBERTO PEIXOTO MEDEIROS DA SILVA**  
SECRETÁRIO DE MODERNIZAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL

**DOUGLAS FERREIRA BARBOSA**  
SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA

**ELISABETH MAGALHÃES DE BRITO SÍRIO**  
SECRETÁRIA DE URBANIZAÇÃO, PARQUE E JARDINS

**JOÃO WILLY SEIXAS PEIXOTO**  
PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE TURISMO DE ANGRA DOS REIS -  
TURISANGRA

**DECRETO Nº 14.439, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025**

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 1º da Lei nº 4.491, de 25 de junho de 2025, combinado com o art. 41, inciso I e art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64,

**DECRETA:**

**Art. 1º** Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento do Município para o corrente exercício financeiro, no valor de R\$ 76.890,98 (setenta e seis mil, oitocentos e noventa reais e noventa e oito centavos).

Parágrafo único. Os recursos objeto deste Decreto são provenientes dos créditos adicionais por Suplementação/Anulação: R\$ 76.890,98 (setenta e seis mil, oitocentos e noventa reais e noventa e oito centavos) na forma seguinte:

DOTAÇÃO	ANULAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO
2025 20 2014 04 122 0204 2229 339039 15000000	3.950,00	-
2025 20 2022 13 392 0219 2175 339039 15000000	-	3.950,00

2025 25 2501 04 122 0204 2202 339039 15010010	72.940,98	-
2025 25 2501 04 122 0204 2164 339033 15010010	-	72.940,98
TOTAL	76.890,98	76.890,98

Legenda:

Descrição da Fonte de Recursos:

15000000 - Recursos Ordinários

15010010 - Outros Recursos Não Vinculados - Diretamente Arrecadado

**Art. 2º** Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 12 de novembro de 2025.

MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS,  
12 DE NOVEMBRO DE 2025.

**CLÁUDIO DE LIMA SÍRIO**  
PREFEITO

**MARLENE PONCIANO**  
SECRETÁRIA DE CULTURA E PATRIMÔNIO

**RODRIGO CARDOSO RAMOS**  
SECRETÁRIO DE SAÚDE

**MARC HELDER ANTOINE DE TOUCHET Olichon**  
PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA  
E TRATAMENTO DE ESGOTO – SAAE

**JENAÍNA FERREIRA BERTÚCIO**  
SECRETÁRIA EXECUTIVA DE GESTÃO DE RECURSOS

**DECRETO Nº 14.440, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2025**

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PARA REFORÇO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO VALOR QUE MENCIONA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 1º da Lei nº 4.491, de 25 de junho de 2025, combinado com o art. 41, inciso I e art. 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64,

**DECRETA:**

**Art. 1º** Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento do Município para o corrente exercício financeiro, no valor de R\$ 1.453.050,00 (um milhão, quatrocentos e cinquenta e três mil, cinquenta reais).

Parágrafo único. Os recursos objeto deste Decreto são provenientes dos créditos adicionais por Excesso de Arrecadação: Fonte: 16000000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE – R\$ 1.453.050,00 (um milhão, quatrocentos e cinquenta e três mil, cinquenta reais), na forma seguinte:

**PORTARIA GM/MS Nº 8.609, DE 30 DE OUTUBRO DE 2025**

DOTAÇÃO	CÓDIGO DE CLASSIFICAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO
2025 27 2701 10 302 0129 1824 335085 16000000	<b>1.7.1.3.50.2.1.60000.28</b>	1.453.050,00
TOTAL		<b>1.453.050,00</b>

Legenda:

Descrição da Fonte e Vínculo:

16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS Provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde

**Art. 2º** Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 13 de novembro de 2025.

MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS,  
13 DE NOVEMBRO DE 2025.

**CLÁUDIO DE LIMA SÍRIO**  
PREFEITO

**RODRIGO CARDOSO RAMOS**  
SECRETÁRIO DE SAÚDE

**JENAÍNA FERREIRA BERTÚCIO**  
SECRETÁRIA EXECUTIVA DE GESTÃO DE RECURSOS

**DECRETO Nº 14.442, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2025**

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 1º da Lei nº 4.491, de 25 de junho de 2025, combinado com o art. 41, inciso I e art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64,

DECRETA:

**Art. 1º** Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento do Município para o corrente exercício financeiro, no valor de R\$ 362.379,07 (trezentos e sessenta e dois mil, trezentos e setenta e nove reais e sete centavos).

Parágrafo único. Os recursos objeto deste Decreto são provenientes dos créditos adicionais por Suplementação/Anulação: R\$ 362.379,07 (trezentos e sessenta e dois mil, trezentos e setenta e nove reais e sete centavos) na forma seguinte:

DOTAÇÃO	ANULAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO
2025 20 2025 15 452 0220 2463 449051 15000000	40.438,63	-
2025 20 2025 04 122 0204 2002 339039 15000000	-	40.438,63
2025 20 2005 04 126 0225 2684 339040 15000000	250.000,00	-
2025 20 2005 04 122 0204 2411 339039 15000000	-	250.000,00
2025 25 2501 04 122 0204 2202 339039 15010010	23.087,99	-
2025 25 2501 04 122 0204 2161 339039 15010010	-	23.087,99
2025 25 2501 04 122 0204 2202 339039 15010010	48.852,45	-
2025 25 2501 04 130 0229 2538 339035 15010010	-	48.852,45
TOTAL	362.379,07	362.379,07

Legenda:

Descrição da Fonte de Recursos:

15000000 - Recursos Ordinários  
15010010- Outros Recursos Não Vinculados - Diretamente Arrecadado

**Art. 2º** Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 13 de novembro de 2025.

CLÁUDIO DE LIMA SÍRIO  
PREFEITO

ELISABETH MAGALHÃES DE BRITO SÍRIO  
SECRETÁRIA DE URBANIZAÇÃO, PARQUE E JARDINS

MARC HELDER ANTOINE DE TOUCHET Olichon  
PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA  
E TRATAMENTO DE ESGOTO – SAAE

MARCO ANTÔNIO DE ARAÚJO BARRA  
SECRETÁRIO EXECUTIVO DE INFRAESTRUTURA

**DECRETO Nº 14.448, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2025**

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 1º da Lei nº 4.491, de 25 de junho de 2025, combinado com o art. 41, inciso I e art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64,

DECRETA:

**Art. 1º** Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento do Município para o corrente exercício financeiro, no valor de R\$ 4.062,96 (quatro mil, sessenta e dois reais e noventa e seis centavos).

Parágrafo único. Os recursos tratados neste Decreto são provenientes dos créditos adicionais por Superávit: Fonte 17030000 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DE OUTRAS ENTIDADES – R\$ 4.062,96 (quatro mil, sessenta e dois reais e noventa e seis centavos) na forma seguinte:

DOTAÇÃO	SUPERÁVIT	SUPLEMENTAÇÃO
2025 20 2023 04 122 0204 2331 449093 17030000	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres de Outras Entidades	4.062,96
TOTAL		4.062,96

Legenda:  
Descrição da Fonte de Recursos:

17030000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos

Congêneres de Outras Entidades

**Art. 2º** Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 14 de novembro de 2025.

MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS,

14 DE NOVEMBRO DE 2025.

**CLÁUDIO DE LIMA SÍRIO**

PREFEITO

**TIAGO MURILO SCATULINO**

SECRETÁRIO DE OBRAS E HABITAÇÃO

### **DECRETO Nº 14.450, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025**

RECONDUZ E NOMEIA MEMBROS DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO (CONSAD) E FISCAL (CONFIS) DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS – ANGRAPREV.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, com amparo no artigo 87, inciso IX da Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO os termos do Art. 10 da Lei Municipal Nº 4.037 (NR) de 21 de dezembro de 2021 e do Art. 7º da Lei Municipal Nº 4.129, de 20 de setembro de 2022;

CONSIDERANDO o Processo SEI-2025-23000612,

### **DECRETA:**

**Art. 1º** Ficam reconduzidos os seguintes membros para compor o Conselho de Administração (CONSAD) do Instituto de Previdência Social do Município de Angra dos Reis – ANGRAPREV:

#### **Representantes do Poder Executivo**

Titular: Mayara do Nascimento Rosa – Matrícula 19491

Titular: Natália Cristine Dourado Rodrigues – Matrícula 18219

**Art. 2º** Fica nomeado o servidor Renan de Andrade Leone – Matrícula 22391 para compor, como SUPLENTE da servidora Mayara do Nascimento Rosa, o Conselho de Administração (CONSAD) em substituição ao servidor Renaldo de Sousa, nomeado através do Decreto Municipal Nº 13.840 de 02 de dezembro de 2024.

**Art. 3º** Fica nomeada a servidora Cristina Rocha Papoulas – Matrícula 3553 para compor, como SUPLENTE da servidora Natália Cristine Dourado Rodrigues, o Conselho de Administração (CONSAD) em substituição à servidora Rivanilde Eleonora Guedes de Lira, nomeada através do Decreto Municipal Nº 12.350 de 18 de novembro de 2021.

**Art. 4º** Fica nomeada a servidora Daniele Oliveira Brandão de Souza – Matrícula 4501645 para compor, como MEMBRO TITULAR representante do Poder Executivo, o Conselho de Administração (CONSAD), em substituição à servidora Fabiana Júdice de Oliveira – Matrícula 28810, nomeada através do Decreto Municipal Nº 14.226, de 15 de julho de 2025.

**Art. 5º** Fica reconduzida a servidora Tânia Gomes da Silva – Matrícula 19894 para compor, como SUPLENTE da servidora Daniele Oliveira Brandão de Souza, o Conselho de Administração (CONSAD).

**Art. 6º** Ficam reconduzidos os seguintes membros para compor o Conselho Fiscal (CONFIS) do Instituto de Previdência Social do Município de Angra dos Reis – ANGRAPREV:

#### **Representantes do Poder Executivo**

Titular: Luciana Fernandes e Silva – Matrícula 18045

Suplente: Amarildo Tenório da Silva – Matrícula 3351

Titular: Paulo Henrique da Silva Bulé – Matrícula 17345

Suplente: Elaine Fontes Amorim – Matrícula 22368

Titular: Edenilze Alves Ferreira Dias – Matrícula 12252

**Art. 7º** Fica nomeada a servidora Luciana Cristina Viana de Lemos – Matrícula 3340 para compor, como SUPLENTE da servidora Edenilze Alves Ferreira Dias, o Conselho Fiscal (CONFIS) em substituição ao servidor Thiago de Siqueira Sousa, nomeado através do Decreto Municipal Nº 12.350 de 18 de novembro de 2021

**Art. 8º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 12 de novembro de 2025.

MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS,

18 DE NOVEMBRO DE 2025.

**CLÁUDIO DE LIMA SÍRIO**

PREFEITO

**CARLOS RENATO PEREIRA GONCALVES**

DIRETOR-PRESIDENTE DO ANGRAPREV

**PORTARIA Nº 1710/2025**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Art. 87, Inciso IX, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o Memorando SSA/CORH nº 1395, da Secretaria de Saúde, datado de 17 de novembro de 2025,

CONSIDERANDO os despachos exarados no Processo Sei nº 2025-15008334,

**RESOLVE:**

DESIGNAR RENATA FERNANDES SILVA DOS SANTOS BRAGA, matrícula 26180, para exercer, interinamente, a Função Gratificada de Coordenadora de Recursos Humanos, da Secretaria Executiva de Gestão e Recursos, da Secretaria Municipal de Saúde, Símbolo FG-2, no período de 16 de outubro a 29 de novembro de 2025, durante a Licença Médica da titular, Paula Serra do Amaral Vieira, matrícula 4966.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS,  
18 DE NOVEMBRO DE 2025.

**CLÁUDIO DE LIMA SÍRIO**  
PREFEITO

**RODRIGO CARDOSO RAMOS**  
SECRETÁRIO DE SAÚDE

**PORTARIA Nº 1711/2025**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Art. 87, Inciso IX, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o Memorando SSA/CORH nº 335, da Secretaria de Saúde, datado de 03 de janeiro de 2025,

CONSIDERANDO os despachos exarados no Processo Sei nº 2024-15002694,

**RESOLVE:**

**PRORROGAR** a cessão recíproca entre a servidora **ELIDIANE BARCELOS ROCHA**, Enfermeira, Matrícula 4501575 e a servidora **GEORGEA NOVAES DA SILVA LUCAS**, Enfermeira, Matrícula 33524 - para a Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, permanecendo o ônus em seus Municípios de origem, com efeitos retroativos a 03 de janeiro de 2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS,  
18 DE NOVEMBRO DE 2025.

**CLÁUDIO DE LIMA SÍRIO**  
PREFEITO

**RODRIGO CARDOSO RAMOS**  
SECRETÁRIO DE SAÚDE

**PORTARIA Nº 1712/2025**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 132, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO que os candidatos foram nomeados para o preenchimento de vaga no Quadro do Funcionalismo Público do Município de Angra dos Reis;

CONSIDERANDO que os candidatos não compareceram ao ato de posse no prazo previsto no art. 12, § 1º, da Lei Municipal nº 412/L.O., de 20 de fevereiro de 1995;

CONSIDERANDO o disposto no art. 12, § 3º, da supracitada Lei, bem como os termos do Memorando SMGP/ASRH, da Secretaria de Modernização e Gestão de Pessoal, datado de 18 de novembro de 2025,

CONSIDERANDO, por fim, os despachos exarados no Processo Sei 2025-01013575.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Torna sem efeito a nomeação da candidata relacionada abaixo, aprovada em concurso público, objeto do Edital nº 001/2024/PMAR, homologado pelo Decreto nº 13.620, de 05 de julho de 2024, publicado no Boletim Oficial – Edição nº



1918/2024 de 05 de julho de 2024 e Retificado através do Decreto nº 13.669 de 02 de agosto de 2024, publicado no Boletim Oficial – Edição nº 1936/2024 de 02 de agosto de 2024:

Nomeação Publicada no Boletim Oficial Edição Nº 2239/2025 de 24/10/2025

CARGO	NOME	PORTARIA	PAG BO
ASSISTENTE SOCIAL	ATHILANE DOS SANTOS COUTO	1646/2025	181

**Art. 2º** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS,  
18 DE NOVEMBRO DE 2025.

**CLÁUDIO DE LIMA SÍRIO**  
PREFEITO

**ROBERTO PEIXOTO MEDEIROS DA SILVA**  
SECRETÁRIO DE MODERNIZAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL

**PORTARIA Nº 1713/2025**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, no uso das atribuições legais, de acordo com o art. 132, inciso II, alínea “a”, da Lei Orgânica do Município e o disposto nos artigos 9º e 11, inciso I, da Lei Municipal Nº 412/L.O., de 20 de fevereiro de 1995;

CONSIDERANDO que o Município de Angra dos Reis realizou Concurso Público para preenchimento de cargos criados através das Leis Municipais: nº 1.683, de 26 de maio de 2006 e Lei nº 1.857, de 05 de outubro de 2007, o qual foi homologado pelo Decreto nº 13.620, de 05 de julho de 2024, publicado no Boletim Oficial – Edição nº 1918, de 05 de julho de 2024, retificado pelo Decreto nº 13.669, de 02 de agosto de 2024, publicado no Boletim Oficial – Edição nº 1936, de 02 de agosto de 2024;

CONSIDERANDO os termos do Memorando SMGP/SERH nº 1205, da Secretaria de Modernização e Gestão de Pessoal, datado de 18 de novembro de 2025;

CONSIDERANDO, por fim, os despachos exarados no Processo Sei 2025-01013573.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Fica nomeada **JENNIFER DA ROCHA LIMA**, para o cargo de Agente de Inclusão Digital, Referência 203, Padrão “Inicial”, do Grupo Funcional Administrativo, da Parte Permanente do Município de Angra dos Reis.

**Art. 2º** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 25 de novembro de 2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS,  
18 DE NOVEMBRO DE 2025.

**CLÁUDIO DE LIMA SÍRIO**  
PREFEITO

**ROBERTO PEIXOTO MEDEIROS DA SILVA**  
SECRETÁRIO DE MODERNIZAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL

**PORTARIA Nº 1714/2025**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, no uso das atribuições legais, de acordo com o art. 132, inciso II, alínea “a”, da Lei Orgânica do Município e o disposto nos artigos 9º e 11, inciso I, da Lei Municipal Nº 412/L.O., de 20 de fevereiro de 1995;

CONSIDERANDO que o Município de Angra dos Reis realizou Concurso Público para preenchimento de cargos criados através das Leis Municipais: nº 1.683, de 26 de maio de 2006 e Lei nº 1.857, de 05 de outubro de 2007, o qual foi homologado pelo Decreto nº 13.620, de 05 de julho de 2024, publicado no Boletim Oficial – Edição nº 1918, de 05 de julho de 2024, retificado pelo Decreto nº 13.669, de 02 de agosto de 2024, publicado no Boletim Oficial – Edição nº 1936, de 02 de agosto de 2024;

CONSIDERANDO os termos do Memorando SMGP/SERH nº 1205, da Secretaria de Modernização e Gestão de Pessoal, datado de 18 de novembro de 2025;

CONSIDERANDO, por fim, os despachos exarados no Processo Sei 2025-01013573.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Fica nomeado **VICTOR RODRIGUES DA SILVA RIBEIRO**, para o cargo de Agente de Inclusão Digital, Referência 203, Padrão “Inicial”, do Grupo Funcional Administrativo, da Parte Permanente do Município de Angra dos Reis.

**Art. 2º** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 25 de novembro de 2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS,  
18 DE NOVEMBRO DE 2025.

**CLÁUDIO DE LIMA SÍRIO**  
PREFEITO

**ROBERTO PEIXOTO MEDEIROS DA SILVA**  
SECRETÁRIO DE MODERNIZAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL

#### **PORTARIA Nº 1715/2025**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, no uso das atribuições legais, de acordo com o art. 132, inciso II, alínea “a”, da Lei Orgânica do Município e o disposto nos artigos 9º e 11, inciso I, da Lei Municipal Nº 412/L.O., de 20 de fevereiro de 1995;

CONSIDERANDO que o Município de Angra dos Reis realizou Concurso Público para preenchimento de cargos criados através das Leis Municipais: nº 1.683, de 26 de maio de 2006 e Lei nº 1.857, de 05 de outubro de 2007, o qual foi homologado pelo Decreto nº 13.620, de 05 de julho de 2024, publicado no Boletim Oficial – Edição nº 1918, de 05 de julho de 2024, retificado pelo Decreto nº 13.669, de 02 de agosto de 2024, publicado no Boletim Oficial – Edição nº 1936, de 02 de agosto de 2024;

CONSIDERANDO os termos do Memorando SMGP/SERH nº 1205, da Secretaria de Modernização e Gestão de Pessoal, datado de 18 de novembro de 2025;

CONSIDERANDO, por fim, os despachos exarados no Processo Sei 2025-01013573.

#### **RESOLVE:**

**Art. 1º** Fica nomeado **LUCAS GASPAR DA SILVA**, para o cargo

de Docente II, Referência 600, Padrão “Inicial”, do Grupo Funcional Magistério, da Parte Permanente do Município de Angra dos Reis.

**Art. 2º** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 25 de novembro de 2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS,  
18 DE NOVEMBRO DE 2025.

**CLÁUDIO DE LIMA SÍRIO**  
PREFEITO

**ROBERTO PEIXOTO MEDEIROS DA SILVA**  
SECRETÁRIO DE MODERNIZAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL

#### **PORTARIA Nº 1716/2025**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, no uso das atribuições legais, de acordo com o art. 132, inciso II, alínea “a”, da Lei Orgânica do Município e o disposto nos artigos 9º e 11, inciso I, da Lei Municipal Nº 412/L.O., de 20 de fevereiro de 1995;

CONSIDERANDO que o Município de Angra dos Reis realizou Concurso Público para preenchimento de cargos criados através das Leis Municipais: nº 1.683, de 26 de maio de 2006 e Lei nº 1.857, de 05 de outubro de 2007, o qual foi homologado pelo Decreto nº 13.620, de 05 de julho de 2024, publicado no Boletim Oficial – Edição nº 1918, de 05 de julho de 2024, retificado pelo Decreto nº 13.669, de 02 de agosto de 2024, publicado no Boletim Oficial – Edição nº 1936, de 02 de agosto de 2024;

CONSIDERANDO os termos do Memorando SMGP/SERH nº 1205, da Secretaria de Modernização e Gestão de Pessoal, datado de 18 de novembro de 2025;

CONSIDERANDO, por fim, os despachos exarados no Processo Sei 2025-01013573.

#### **RESOLVE:**

**Art. 1º** Fica nomeada **MANOELA CUNHA VALVERDE**, para o cargo de Docente II, Referência 600, Padrão “Inicial”, do Gru-

po Funcional Magistério, da Parte Permanente do Município de Angra dos Reis.

**Art. 2º** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 25 de novembro de 2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS,  
18 DE NOVEMBRO DE 2025.

**CLÁUDIO DE LIMA SÍRIO**  
PREFEITO

**ROBERTO PEIXOTO MEDEIROS DA SILVA**  
SECRETÁRIO DE MODERNIZAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL

#### **PORTARIA Nº 1717/2025**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, no uso das atribuições legais, de acordo com o art. 132, inciso II, alínea “a”, da Lei Orgânica do Município e o disposto nos artigos 9º e 11, inciso I, da Lei Municipal Nº 412/L.O., de 20 de fevereiro de 1995;

CONSIDERANDO que o Município de Angra dos Reis realizou Concurso Público para preenchimento de cargos criados através das Leis Municipais: nº 1.683, de 26 de maio de 2006 e Lei nº 1.857, de 05 de outubro de 2007, o qual foi homologado pelo Decreto nº 13.620, de 05 de julho de 2024, publicado no Boletim Oficial – Edição nº 1918, de 05 de julho de 2024, retificado pelo Decreto nº 13.669, de 02 de agosto de 2024, publicado no Boletim Oficial – Edição nº 1936, de 02 de agosto de 2024;

CONSIDERANDO os termos do Memorando SMGP/SERH nº 1205, da Secretaria de Modernização e Gestão de Pessoal, datado de 18 de novembro de 2025;

CONSIDERANDO, por fim, os despachos exarados no Processo Sei 2025-01013573.

#### **RESOLVE:**

**Art. 1º** Fica nomeado **SAULO MACIEL DA SILVA**, para o cargo de Pedagogo, Referência 600, Padrão “Inicial”, do Grupo Funcional Magistério, da Parte Permanente do Município de Angra dos Reis.

**Art. 2º** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 25 de novembro de 2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS,  
18 DE NOVEMBRO DE 2025.

**CLÁUDIO DE LIMA SÍRIO**  
PREFEITO

**ROBERTO PEIXOTO MEDEIROS DA SILVA**  
SECRETÁRIO DE MODERNIZAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL

#### **PORTARIA Nº 1718/2025**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, no uso das atribuições legais, de acordo com o art. 132, inciso II, alínea “a”, da Lei Orgânica do Município e o disposto nos artigos 9º e 11, inciso I, da Lei Municipal Nº 412/L.O., de 20 de fevereiro de 1995;

CONSIDERANDO que o Município de Angra dos Reis realizou Concurso Público para preenchimento de cargos criados através das Leis Municipais: nº 1.683, de 26 de maio de 2006 e Lei nº 1.857, de 05 de outubro de 2007, o qual foi homologado pelo Decreto nº 13.620, de 05 de julho de 2024, publicado no Boletim Oficial – Edição nº 1918, de 05 de julho de 2024, retificado pelo Decreto nº 13.669, de 02 de agosto de 2024, publicado no Boletim Oficial – Edição nº 1936, de 02 de agosto de 2024;

CONSIDERANDO os termos do Memorando SMGP/SERH nº 1205, da Secretaria de Modernização e Gestão de Pessoal, datado de 18 de novembro de 2025;

CONSIDERANDO, por fim, os despachos exarados no Processo Sei 2025-01013573.

#### **RESOLVE:**

**Art. 1º** Fica nomeada **TAYNARA SILVA SOARES**, para o cargo de Secretário Escolar, Referência 203, Padrão “Inicial”, do Grupo Funcional Educação, da Parte Permanente do Município de Angra dos Reis.

**Art. 2º** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

com efeitos a partir de 25 de novembro de 2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS,  
18 DE NOVEMBRO DE 2025.

**CLÁUDIO DE LIMA SÍRIO**  
PREFEITO

**ROBERTO PEIXOTO MEDEIROS DA SILVA**  
SECRETÁRIO DE MODERNIZAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL

### **DECISÃO**

Prestação de Contas do Adiantamento nº 270/2025 Responsável:  
Laura Maria Braga Sarmiento Processo: 2025-18000477

#### **ONDE SE LÊ:**

“Considerando a documentação comprobatória das despesas constantes dos autos do Processo supracitado e com base no parecer da CGM.DEACP, APROVO a prestação de contas da aplicação dos recursos concedidos pela Municipalidade à servidora Laura Maria Braga Sarmiento relativo ao adiantamento nº 270/2025, com finalidade de cobrir despesas miúdas de pronto pagamento- consumo, no valor de R\$ 1.000,00( hum mil reais), com base no art.1º, inciso III, do Decreto nº 10.461 de 24/01/2017.”

#### **LEIA-SE:**

“Considerando a documentação comprobatória das despesas constantes dos autos do Processo supracitado e com base no parecer da CGM.DEACP, APROVO a prestação de contas da aplicação dos recursos concedidos pela Municipalidade à servidora Laura Maria Braga Sarmiento relativo ao adiantamento nº 270/2025, com finalidade de cobrir despesas miúdas de pronto pagamento- serviços de terceiros, no valor de R\$ 1.000,00( hum mil reais), com base no art.1º, inciso III, do Decreto nº 10.461 de 24/01/2017.”

MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS,  
17 DE NOVEMBRO DE 2025

**JOSÉ CARLOS DE ABREU**  
CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO

### **DECISÃO**

Prestação de Contas do Adiantamento nº 271/2025 Responsável:  
Laura Maria Braga Sarmiento Processo: 2025-18000476

#### **ONDE SE LÊ**

“Considerando a documentação comprobatória das despesas constantes dos autos do Processo supracitado e com base no parecer da CGM.DEACP, APROVO a prestação de contas da aplicação dos recursos concedidos pela Municipalidade à servidora Laura Maria Braga Sarmiento relativo ao adiantamento nº 271/2025, com finalidade de cobrir despesas miúdas de pronto pagamento- serviços de terceiros, no valor de R\$ 5.000,00( cinco mil reais), com base no art.1º, inciso III, do Decreto nº 10.461 de 24/01/2017.”

#### **LEIA-SE:**

“Considerando a documentação comprobatória das despesas constantes dos autos do Processo supracitado e com base no parecer da CGM.DEACP, APROVO a prestação de contas da aplicação dos recursos concedidos pela Municipalidade à servidora Laura Maria Braga Sarmiento relativo ao adiantamento nº 271/2025, com finalidade de cobrir despesas miúdas de pronto pagamento- consumo, no valor de R\$ 5.000,00( cinco mil reais), com base no art.1º, inciso III, do Decreto nº 10.461 de 24/01/2017.”

MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS,  
17 DE NOVEMBRO DE 2025

**JOSÉ CARLOS DE ABREU**  
CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO

### **PORTARIA DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO** **Nº 131/2025/FTAR**

O Presidente da Fundação de Turismo de Angra dos Reis - TURISANGRA , no uso e gozo de suas atribuições legais, e, considerando o Processo SEI-2025-21000964, o Termo de Dispensa de Licitação nº 011/2025/FTAR, e o Contrato de Prestação de Serviço a Nota de Empenho nº 236/2025/FTAR, firmado entre a FUNDAÇÃO DE TURISMO DE ANGRA DOS REIS – TURISANGRA e a empresa T F FRANCA PRODUCAO DE EVENTOS LTDA , com fundamentação na Lei nº 14.133/21;

#### **RESOLVE:**

**Art. 1.º.** Fica designado o servidor JÚLIO CÉSAR MESA RIQUELME - Matrícula nº 32.384, para exercer a Gestão da contratação supracitada, cujo objeto é a “Contratação de empresa (s) especializada (s) em serviços de fornecimento de “buffer” para apoio ao evento “Festa de premiação da FITA - Festa Internacional de Teatro de Angra dos Reis”, que será realizado no dia 11 de novembro de 2025, em Ipanema - Rio de Janeiro/RJ”, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência, doc. nº 00799443”.

**Art. 2.º.** Fica designada a servidora ANDREIA MARINHO DA CRUZ - Matrícula nº 3500290, para exercer a Fiscalização da contratação supracitada.

**Art. 3.º.** Fica designada a servidora CAROLINE SOUZA DA ROCHA - Matrícula nº 17.572, para exercer a suplência da Fiscalização citada no artigo anterior.

**Art. 4.º.** Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da data de assinatura do instrumento contratual.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

ANGRA DOS REIS, 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

**JOÃO WILLY SEIXAS PEIXOTO**

PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE TURISMO DE ANGRA DOS REIS

### **APOSTILA DE FIXAÇÃO DE PROVENTOS**

**Servidor: GILBERTO DE SOUZA RAPOZO JÚNIOR**

Ato: Portaria nº 258/2025/ANGRAPREV (SEI nº 2025 - 23000504)

Data: 16/10/2025

Validade: 16/10/2025

Publicação: 16/10/2025

Ficam fixados os proventos mensais de inatividade do servidor GILBERTO DE SOUZA RAPOZO JÚNIOR, Médico, matrícula 4455, Referência 2000, Padrão “M”, do Grupo Funcional da Saúde, da Parte Permanente da Prefeitura Municipal de Angra dos Reis, aposentado através da Portaria nº 258/2025/ANGRAPREV de 16 de outubro de 2025, publicada em 16 de outubro de 2025, com validade a partir de 16 de outubro de 2025, conforme parcelas abaixo discriminadas:

Proventos (Artigos 19 e 27 da Lei Complementar nº 014, de 21 de

dezembro de 2021 e Lei Municipal nº 4.468/2025)....R\$11.773,22  
Anuênio 30% (Art. 53 da Lei Municipal nº 412/1995)...R\$3.531,97  
Progressão - PCCR 6% (Lei Municipal nº 1683/2006)....R\$706,39  
**TOTAL.....R\$16.011,58**

ANGRA DOS REIS, 14 DE NOVEMBRO DE 2025.

**LUIZÉLIA GOMES**

COORDENADORA DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS

**PEDRO CAUSA DA CUNHA MIGUEL SOUZA**

DIRETOR DE BENEFÍCIOS

**CARLOS RENATO PEREIRA GONÇALVES**

DIRETOR-PRESIDENTE DO ANGRAPREV

### **APOSTILA DE FIXAÇÃO DE PROVENTOS**

**Servidora: MERCEDES DA CRUZ DA SILVA**

Ato: Portaria nº 252/2025/ANGRAPREV (SEI nº 2025-23000492)

Data: 07/10/2025

Validade: 09/10/2025

Publicação: 09/10/2025

Ficam fixados os proventos mensais de inatividade da servidora MERCEDES DA CRUZ DA SILVA, Atendente de Enfermagem, matrícula 1680, Referência 108, Padrão “N”, do Grupo Funcional da Saúde, da Parte Permanente da Prefeitura Municipal de Angra dos Reis, aposentada através da Portaria nº 252/2025/ANGRAPREV de 07 de outubro de 2025, publicada em 09 de outubro de 2025, com validade a partir de 09 de outubro de 2025, conforme parcelas abaixo discriminadas:

Proventos (Artigos 19 e 27 da Lei Complementar nº 014, de 21 de dezembro de 2021 e Lei Municipal nº 4.468/2025).....R\$5.549,82  
Anuênio 28% (Art. 53 da Lei Municipal nº 412/1995)...R\$1.553,95  
Grat. de Incentivo à Escolaridade 4% (Lei Municipal nº 1891/2007).....R\$221,99  
Progressão - PCCR 4% (Lei Municipal nº 1683/2006)....R\$221,99  
**TOTAL.....R\$7.547,75**

MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS,

17 DE NOVEMBRO DE 2025.

**LUIZÉLIA GOMES**

COORDENADORA DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS

**PEDRO CAUISA DA CUNHA MIGUEL SOUZA**  
DIRETOR DE BENEFÍCIOS

**CARLOS RENATO PEREIRA GONÇALVES**  
DIRETOR-PRESIDENTE DO ANGRAPREV

**APOSTILA DE FIXAÇÃO DE PROVENTOS**

**Servidora: LILIA DE SOUZA JULIÃO**

Ato: Portaria nº 247/2025/ANGRAPREV (SEI nº 2025-23000449)  
Data: 01/10/2025  
Validade: 02/10/2025  
Publicação: 02/10/2025

Ficam fixados os proventos mensais de inatividade da servidora LILIA DE SOUZA JULIÃO, Recepcionista, matrícula 2805, Referência 105, Padrão “O”, do Grupo Funcional do Administrativo, da Parte Permanente da Prefeitura Municipal de Angra dos Reis, aposentada através da Portaria nº 247/2025/ANGRAPREV de 01 de outubro de 2025, publicada em 02 de outubro de 2025, com validade a partir de 02 de outubro de 2025, conforme parcelas abaixo discriminadas:

Proventos (Artigos 19 e 27 da Lei Complementar nº 014, de 21 de dezembro de 2021 e Lei Municipal nº 4.468/2025)....R\$3.609,28  
Anuênio 30% (Art. 53 da Lei Municipal nº 412/1995)...R\$1.082,78  
Grat. de Incentivo à Escolaridade 3% (Lei Municipal nº 1891/2007).....R\$108,28  
**TOTAL.....R\$4.800,34**

ANGRA DOS REIS, 17 DE NOVEMBRO DE 2025.

**LUIZÉLIA GOMES**  
COORDENADORA DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS

**PEDRO CAUISA DA CUNHA MIGUEL SOUZA**  
DIRETOR DE BENEFÍCIOS

**CARLOS RENATO PEREIRA GONÇALVES**  
DIRETOR-PRESIDENTE DO ANGRAPREV

**APOSTILA DE REFIXAÇÃO DE PROVENTOS**

**Servidora: DILENA MARIA DE SOUZA**

Ato: Portaria nº 055/2025/ANGRAPREV (Retificada através da

Portaria nº 266/2025/ANGRAPREV)  
Data: 11/03/2025  
Validade: 17/03/2025  
Publicação: 17/03/2025

Considerando o pedido de Revisão da Concessão da Aposentadoria que resultou na alteração da Fundamentação Legal pela regra mais vantajosa, com base no Parecer nº 41/2025 – HASM-PGM. SUCON, em caso similar, proferido nos autos do Processo Administrativo nº 2024036887, de 18/10/2024, ficam refixados os proventos mensais de inatividade da servidora DILENA MARIA DE SOUZA, Docente I, matrícula 17821, Referência 400, do Grupo Funcional do Magistério, da Parte Permanente da Prefeitura Municipal de Angra dos Reis, aposentada através da Portaria nº 055/2025/ANGRAPREV de 11 de março de 2025, publicado em 17 de março de 2025, com validade a partir de 17 de março de 2025, conforme parcela abaixo:

Proventos de Aposentadoria (Artigos 4º e 22, § 4º da Lei Complementar nº 014, de 21 de Dezembro de 2021 e Portaria MPS/MF nº 6/2025 do Ministério da Previdência Social e da Fazenda).....R\$3.811,33

ANGRA DOS REIS, 17 DE NOVEMBRO DE 2025.

**LUIZÉLIA GOMES**  
COORDENADORA DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS

**PEDRO CAUISA DA CUNHA MIGUEL SOUZA**  
DIRETOR DE BENEFÍCIOS

**CARLOS RENATO PEREIRA GONÇALVES**  
DIRETOR-PRESIDENTE DO ANGRAPREV

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO - PMAR**  
**CONCURSO PÚBLICO 2024 - EDITAL 001**

O Prefeito do Município de Angra dos Reis, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA o(s) candidato(s) classificado(s) no Concurso Público para preenchimento de vaga(s) para o(s) cargo(s) indicado(s) no ANEXO I deste Edital, sob o Regime Estatutário.

Os candidatos deverão comparecer(em) no período e horário indicado no ANEXO I, a Secretaria Executiva de Recursos Humanos, situada à Rua Cônegos de Bittencourt, nº. 108, Centro, Angra dos Reis, RJ, para fins de encaminhamento para exames admissionais.



Os mesmos deverão aguardar a ordem de chamamento evitando aglomerações.

#### NÃO ATENDEREMOS O DESCUMPRIMENTO DO HORÁRIO E DATA AGENDADA NO ANEXO I.

Os candidatos deverão ler atentamente e cumprir com as obrigações admissionais definidas no link: <http://portaldoservidor.angra.rj.gov.br/admissao.asp>, através do caminho: [admissão/pmar/admissão concursados](#), onde:

#### 1º ATO – ENCAMINHAMENTO EXAMES ADMISSIONAIS

Do comparecimento a Secretaria Executiva de Recursos Humanos para encaminhamento aos Exames Admissionais: comparecer no dia e horário agendado, no ANEXO I.

Neste ato o(a) candidato(a) será instruído:

- Na Secretaria Executiva de Recursos Humanos: Quanto ao envio das documentações no sistema de entrega documental e após encaminhado a Medicina ocupacional.
- No Departamento de Saúde Ocupacional: Tomará conhecimento quanto as exigências de exames, de vacinas e aos procedimentos de retorno, para apresentação do cumprimento destas exigências. Neste dia de retorno, será entregue seu ASO – Atestado de Saúde Ocupacional, apto a iniciar suas atividades laborativas.

#### 2º ATO – ENVIO DIGITAL

As documentações e formulários e seu envio Digital encontra-se disponibilizados no PORTAL DO SERVIDOR, este iniciará no primeiro dia da convocação e será finalizado após 05 (cinco) dias corridos, assim sendo, evite o bloqueio de sua senha no sistema e realize o procedimento dentro do prazo.

A análise do Recursos Humanos ocorrerá nos próximos 05 (cinco) dias úteis, o candidato deverá dentro destes 10 (dez) dias acompanhar as informações disponibilizadas até a finalização de suas pendências em todas as etapas.

DATA DE LIBERAÇÃO DE ACESSO AO SISTEMA:  
26/11/2025

As documentações pessoais: deverão ser escaneadas em .pdf de seus originais, a foto deverá estar no formato 3x4 em .jpg, todos os envios deverão respeitar o tamanho limite de 750 KB e serem salvos separadamente, devendo estar legíveis, sem cortes e válidos.

Os formulários obrigatórios: deverão ser digitados, impressos, datados, assinados, escaneados em pdf separadamente e de forma legível (Acúmulo de cargo, auxílio federal, entre outros) para envio.

É imprescindível que no ato de comparecimento a convocação, o candidato confira seu e-mail e CPF para acessar o sistema.

Caso o candidato não possua conta na agência Bradesco (Retirar o formulário disponível no PORTAL DO SERVIDOR):

O mesmo deverá no dia da convocação estar de posse do formulário abertura de conta digitado e impresso para recolhimento da assinatura do Recursos Humanos. Leve seu formulário caso se encontre nessa situação.

Disponibilizamos um vídeo no PORTAL DO SERVIDOR para entender como funcionará a entrega das documentações obrigatórias, desde seu login inicial até o cumprimento de todas as Etapas. VEJA O VÍDEO E TIRE SUAS DÚVIDAS NO DIA DE COMPARECIMENTO.

Neste ato encontra-se 03 etapas de documentações a serem entregues, as mesmas encontram-se descritas em nosso PORTAL DO SERVIDOR, sendo estas compostas dos seguintes documentos:

1ª Etapa – Documental: Envio Digital de documentos pessoais e formulários.

2ª Etapa – Documental: Envio Digital de formulários

3ª Etapa – Documental: Envio de ASO e Documentos de Nomeação

Ao retirar o ASO na data agendada pela Medicina Ocupacional, o candidato terá 05 (cinco) dias úteis após sua expedição para enviá-lo no sistema de entrega admissional para o Recursos Humanos e agendar a entrega das documentações da 1ª e 2ª fase, dentro destes 05 (cinco) dias.

Após o envio ligue no horário de 09h e 30min as 11h 00min no telefone 3365 7766, para agendar a entrega da documentação física, referente a 1ª e 2ª Etapa documental, já finalizada digitalmente.

Não agendaremos o recebimento de ASO e Documentação física sem a finalização da 1ª e 2ª Etapa documental no sistema do Recursos Humanos.

OBS.:



O contato será através do sistema de entrega.

O candidato se responsabilizará por acompanhar diariamente as mensagens enviadas e corrigir todas as pendências encaminhadas por este Recursos Humanos, até sua finalização.

Em caso de descumprimento das etapas acima, o candidato estará impedido de ser nomeado.

O não comparecimento do candidato nos dias e horários designados implicará a sua eliminação do Certame.

ANGRA DOS REIS, 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

CLÁUDIO DE LIMA SÍRIO  
PREFEITO MUNICIPAL

ANDERSON MARINHO DE ALCÂNTARA  
SECRETÁRIO EXECUTIVA DE RECURSOS HUMANOS

ANEXO I  
CONVOCAÇÕES

Data de Comparecimento: 26 de Novembro de 2025  
Horário de Comparecimento: 9h e 30 min

NÍVEL SUPERIOR		
ASSISTENTE SOCIAL		
CLAS	INSCRIÇÃO	CANDIDATO
49º	710003871	DAIANE SILVA DA CRUZ
50º	710007956	FERNANDA PEREIRA DA SILVA
DOCENTE II – EDUCAÇÃO FÍSICA(CONTINENTE)		
CLAS	INSCRIÇÃO	CANDIDATO
18º	750002993	JULIANA PORCIANO NEVES
DOCENTE II – ESPANHOL (CONTINENTE)		
CLAS	INSCRIÇÃO	CANDIDATO
20º	770007044	ESTER MORAES GONÇALVES
21º	770014089	RAQUEL LAMES DE ARAUJO
DOCENTE II – PORTUGUÊS (CONTINENTE)		
CLAS	INSCRIÇÃO	CANDIDATO
43º	880009281	GISELE CRISTINA VASCONCELOS DE ARAUJO
44º	880007765	DANIELLA ZANARDO GALVÃO

CONCURSO PÚBLICO 2024 - PMAR  
EDITAL DE ELIMINAÇÃO

O Município de Angra dos Reis, no uso de suas atribuições legais, torna público que os candidatos abaixo relacionados foram eliminados do concurso Público em epígrafe, em obediência ao que dispõe o item 18, subitem 18.1, do Edital que divulga as instruções específicas reguladoras do Concurso, por não terem atendido ao Edital de Convocação para fins de encaminhamento para exames admissionais:

convocação publicada no BO de Edição: nº 2214/2025– fl nº 02 a 04 do dia 18/09/2025 e Errata BO Edição 2217/2025 do dia 23/09/2025– fl 03

NÍVEL SUPERIOR		
DOCENTE II – INGLÊS (ILHA)		
CLAS	INSCRIÇÃO	CANDIDATO
9º	840023589	NATACHA MAZZUCCO

MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS,  
18 DE NOVEMBRO DE 2025.

CLÁUDIO DE LIMA SÍRIO  
PREFEITO MUNICIPAL

ANDERSON MARINHO DE ALCÂNTARA  
SECRETÁRIO EXECUTIVA DE RECURSOS HUMANOS

CONCURSO PÚBLICO 2024 - PMAR  
EDITAL DE ELIMINAÇÃO

O Prefeito do Município de Angra dos Reis, no uso de suas atribuições legais, torna público a eliminação dos candidatos abaixo relacionados, aprovados e classificados no Concurso 001/2024/PMAR:

Eliminação em virtude de que os mesmos já foram convocados e Empossados, nas vagas de negro, conforme publicações nos Boletins Oficiais Edições:

BO Edição 1941/2024 de 09/08/2024 – pag 56 a 61; BO Edição 1942/2024 de 12/08/2024 – pag 14 a 16 e BO Edição 1977/2024 de 30/09/2024 – pag 05 a 09.

NÍVEL SUPERIOR		
DOCENTE II - EDUCAÇÃO FÍSICA - CONTINENTE		
CLAS	INSCRIÇÃO	CANDIDATO
17	750003157	DIOGENES DOS SANTOS VIVIANI VARGAS
DOCENTE II - ESPANHOL - CONTINENTE		
CLAS	INSCRIÇÃO	CANDIDATO
18	770018401	PRISCILLA DA CONCEIÇÃO SILVA
19	770013142	FABRICIO DA SILVA DE OLIVEIRA

ANGRA DOS REIS, 18 DE NOVENBRO DE 2025.

CLÁUDIO DE LIMA SÍRIO  
PREFEITO MUNICIPAL

ANDERSON MARINHO DE ALCÂNTARA  
SECRETÁRIO EXECUTIVA DE RECURSOS HUMANOS

**PORTARIA Nº 009/2025/CMEAR**

A VICE-PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ANGRA DOS REIS, Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 3.995, de 15 de outubro de 2021, alterada pela Lei Municipal nº 4.162, de 27 de dezembro de 2022;

CONSIDERANDO o disposto na Deliberação nº015/CMEAR/2025, de 09 de setembro de 2025;

CONSIDERANDO o disposto na Deliberação nº016/CMEAR/2025, de 09 de setembro de 2025;

CONSIDERANDO os termos do Edital Nº 03 de 18 de setembro de 2025 - CMEAR;

CONSIDERANDO os termos do Edital Nº 04 de 18 de setembro de 2025 - CMEAR;

**RESOLVE**

**Art.1º** Tornar pública a relação de professores agraciados com a Medalha Professora Ana Maris de Figueiredo Ribeiro 2025:

**CRISTIANE FERREIRA SACRAMENTO - E.M. Bilíngue de Educação de Surdos**

**SHEILA APARECIDA DA MOTA PEREIRA - CETI E.M. Prefeito Francisco Pereira Rocha**  
**SUÉLE MÁXIMO FURTADO - E.M. Professora Tânia Rita de Oliveira Teixeira**

**Art.2º** Tornar pública a relação de profissionais da educação agraciados com a Medalha Professora Valéria dos Santos Rodrigues 2025:

**CRISTIANE FERREIRA SACRAMENTO -E.M. Bilíngue de Educação de Surdos**  
**JEOVANE SANTOS MORAIS - E.M. Bilíngue de Educação de Surdos**  
**FÁTIMA VALÉRIA OLIVEIRA CAMPOS - Centro Educacional para o Transtorno do Espectro Autista**  
**MÁRCIA CRISTINA DO NASCIMENTO CONDE - E.M. Regina Célia Monteiro Pereira**  
**CLAUDETE DE OLIVEIRA RAMOS - E.M. Regina Célia Monteiro Pereira**  
**JEANE CARDOSO DE OLIVEIRA - E.M. Regina Célia Monteiro Pereira**

**Art. 3º** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

**COMISSÃO AVALIADORA:**

Barbara de Oliveira Sinclair Haynes  
Ezequiel Dias Nascimento  
Jorge Luiz da Silva Nunes  
Kassiane Pereira Ferraz do Nascimento  
Mônica de Oliveira Cardoso dos Santos  
Norielem de Jesus Martins  
Silvana Matos Uhmman

MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS,  
18 DE NOVENBRO DE 2025

**MARIANA MÁXIMO**  
VICE-PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
DE ANGRA DOS REIS

**DECRETO Nº 14.458, DE 18 DE NOVENBRO DE 2025**

ESTABELECE NORMAS RELATIVAS AO ENCERRAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO, NO EXERCÍCIO DE 2025, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, com fundamento nos artigos 68, § 1º e 69 do Decreto Federal nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, alterado pelo Decreto Federal nº 7.654/2011 e

CONSIDERANDO as normas que disciplinam à responsabilidade na gestão fiscal, estabelecidas pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000,

CONSIDERANDO o Processo SEI-2025-23000612,

### DECRETA:

**Art. 1º** Ficam integralmente cancelados, em 30 de dezembro de 2025, os Restos a Pagar Não Processados, assim como os saldos a processar dos Restos a Pagar Processados Parcialmente, inscritos em 31 de dezembro de 2024 e os de exercícios anteriores, dos órgãos e unidades orçamentárias da Administração Direta e Indireta do Município, constantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

**Art. 2º** Ficam cancelados, em 30 de dezembro de 2025, os Restos a Pagar Processados relativos ao exercício de 2020 e anteriores, devidamente prescritos, dos órgãos e entidades orçamentárias da Administração Direta e Indireta do Município, constantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, exceto quando decorrentes de sentenças judiciais.

**Art. 3º** Na geração das despesas classificadas como Restos a Pagar, no âmbito de cada órgão e entidade da Administração Direta e Indireta do Município, o respectivo titular deverá observar o princípio da competência.

§ 1º Em observância ao regime de competência da despesa, deverão ser mantidas empenhadas e contabilizadas no corrente exercício financeiro somente as despesas relacionadas a obrigações com parcela de adimplemento prevista até 31 de dezembro de 2025.

§ 2º A inscrição de despesas classificadas como Restos a Pagar não Processados, no encerramento do exercício financeiro, de emissão de Nota de Empenho de 2024, fica condicionada à indicação pelo Ordenador de Despesas de cada Órgão e Unidade Orçamentária.

§ 3º O relatório com a indicação das despesas classificadas como Restos a Pagar não Processados a serem inscritos em 31 de dezembro de 2025 deverá ser encaminhado à Controladoria-Geral do Município até o dia 15 de dezembro de 2025 pelo responsável do

setor de Controle Interno de cada Órgão e Unidade Orçamentária.

§ 4º. Os saldos de empenhos processados parcialmente e não processados de 2025, que não constituirão da listagem das despesas classificadas como Restos a Pagar não Processados, deverão ser cancelados até 12 de dezembro de 2025, pelo Ordenador de Despesa de cada Órgão e Unidade Orçamentária, através do respectivo setor responsável.

**Art. 4º** Na ocorrência de cancelamento de Restos a Pagar na forma dos artigos 1º e 2º do presente Decreto, fica assegurado o direito do credor ao recebimento do crédito eventualmente reclamado, hipótese em que a despesa será reempenhada, por ocasião do reconhecimento da dívida, à conta de dotação destinada a Despesas de Exercícios Anteriores.

**Art. 5º** Os ordenadores de despesas da Administração Municipal serão responsáveis pelo cancelamento dos Restos a Pagar de seus respectivos órgãos e entidades.

§ 1º Objetivando ordenar os procedimentos de cancelamento dos Restos a Pagar tratados no caput deste artigo, o setor responsável deverá avocar os respectivos processos administrativos de despesa, para fins de análise e anexação da correspondente Anulação de Nota de Empenho, acompanhada da justificativa para o cancelamento, fundamentada neste Decreto.

§ 2º Após o prazo estabelecido neste Decreto para o cancelamento dos Restos a Pagar, fica a Controladoria-Geral do Município autorizada a solicitar à Secretaria Finanças ou unidades equivalentes nos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Município a realização do cancelamento dos Restos a Pagar, de ofício.

**Art. 6º** Para o cumprimento das regras estabelecidas no presente Decreto, todas as contas relativas a Restos a Pagar deverão estar conciliadas até 15 de dezembro de 2025, devendo o responsável pelo setor de Controle Interno de cada Órgão e Unidade Orçamentária, no mesmo prazo, promover a entrega à Controladoria-Geral do Município, da relação dos empenhos de despesas processadas que deverão ser inscritas em Restos a Pagar de 2025, conforme o saldo de empenhos a pagar constante do demonstrativo “Movimentação de Empenhos”, extraído do Sistema de Orçamento, Contabilidade e Financeiro utilizado pelo Município.

**Art. 7º** Os responsáveis pelos bens patrimoniais móveis e imóveis e pelos bens em almoxarifado deverão promover o levantamento físico completo dos bens sob sua responsabilidade, com envio dos respectivos demonstrativos ao setor de contabilidade de sua unidade gestora até o dia 19 de dezembro de 2025, para a realização

dos registros contábeis necessários, independentemente da remessa da documentação integrante das prestações de contas exigidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ).

§ 1º O levantamento dos bens patrimoniais móveis e imóveis e dos bens em almoxarifado, tratado no caput deste artigo, deverá ser efetuado em consonância com o disposto nos artigos 94 a 96 da Lei Federal nº 4.320/64 e de acordo com os modelos estabelecidos na Deliberação TCE-RJ nº 277/2017.

§ 2º Eventuais diferenças apuradas pelos responsáveis pela guarda e conservação de bens patrimoniais e bens em almoxarifados deverão ser justificadas perante o respectivo setor de contabilidade através de Notas Explicativas.

**Art. 8º** O responsável pelo setor de Controle Interno de cada Órgão da Administração Direta e Indireta do Município deverá concluir até o dia 19 de dezembro de 2025, procedimentos típicos de análise e conciliação das contas que afetam os resultados financeiros, econômicos e patrimoniais do Município, bem como solicitar no mesmo prazo, que as Diretorias de Finanças ou unidades equivalentes nos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta realizem, até o dia 30 de dezembro de 2025, os devidos ajustes e regularizações das mencionadas contas, assim como aquelas cujos saldos serão transferidos para o exercício seguinte.

§ 1º Os saldos das contas de Consignações a Recolher e os Depósitos de Diversas Origens deverão estar zerados em 31 de dezembro de 2025, demonstrando que os valores apropriados foram efetivamente recolhidos dentro dos prazos legais, ou restituídos aos respectivos proprietários.

§ 2º A verificação prevista no parágrafo anterior deste artigo não se aplica aos pagamentos das consignações de dezembro de 2025, que devem ocorrer a partir do primeiro dia útil do exercício seguinte.

§ 3º Na hipótese das contas de Consignações a Recolher e Depósitos de Diversas Origens encerrarem-se em 31 de dezembro de

2025 com saldos a pagar, deverá haver a correspondente suficiência financeira, para o efetivo recolhimento no exercício seguinte.

**Art. 9º** Os Secretários Municipais, os Dirigentes de Autarquias e Fundações e a Controladoria-Geral ficam incumbidos de zelar pelo cumprimento das disposições deste Decreto.

**Art. 10.** A realização de despesas em desacordo com as normas constantes deste Decreto, bem como o descumprimento das disposições legais aplicáveis à matéria, especialmente da Lei Federal nº 4.320/64 e da Lei Complementar Federal nº 101/2000, sujeitará os agentes públicos que lhe deram causa à apuração de responsabilidade.

**Art. 11.** A Controladoria-Geral do Município poderá ainda adotar, se for o caso, medidas administrativas objetivando orientar os procedimentos necessários ao cumprimento do que estabelece este Decreto.

**Art. 12.** Os procedimentos de pagamento, independentemente da fonte de recurso, deverão ser encerrados até o último dia de expediente bancário do corrente ano.

**Art. 13.** As dúvidas suscitadas na aplicação deste Decreto e os casos omissos poderão ser resolvidos pela Secretaria de Articulação Governamental, Secretaria de Finanças e Controladoria-Geral do Município, assim como pelos dirigentes das entidades que compõem a Administração Indireta.

**Art. 14.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS,  
18 DE NOVEMBRO DE 2025.

CLÁUDIO DE LIMA SÍRIO  
PREFEITO